



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE JANEIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 417 a 437 e 439 a 442/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 521 a 534 e 536 a 568/XVI/1.ª, do Projeto de Deliberação n.º 18/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 5/XVI/1.ª.

Em interpeção à Mesa, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) pediu explicações ao Presidente sobre uma reunião de trabalho a promover com agentes da justiça, tendo também usado da palavra o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD). O Presidente remeteu as suas explicações para a Conferência de Líderes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Dispondo ainda de 2 minutos e 46 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu percebo, é muito simples. É muito chata, muito desagradável, a política das perceções quando é aplicada a si; quando é aplicada aos outros, é a base da sua atuação política.

Mas devo dizer uma coisa: é que há uma diferença entre nós os dois.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Há muita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há muita!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O seu antecessor tentou aqui uma vez, no Parlamento, chamar-me «populista». O País riu-se disso.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O País...?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Agora, o Sr. Primeiro-Ministro tenta chamar «extremistas» àqueles que defendem o Estado de direito, a democracia e os valores fundamentais.

O País ri-se dessa tentativa, porque conhece quem tem coerência na defesa destes valores. Sim, eu concordo com quem, até no seu partido, esteja em defesa destes valores.

O que lhe posso dizer aqui, Sr. Primeiro-Ministro, é que política de «o que parece é» este País já teve demasiada no seu passado, e essa é a que nós rejeitamos.

Ora, o Sr. Primeiro-Ministro é que parece, e é, o que vai atrás da extrema-direita. O Sr. Primeiro-Ministro é que parece, e é, o que entrega os solos rurais do nosso País para uma urbanização. Creio que talvez não queira responder aqui a uma pergunta simples: quantas casas se podem fazer nos solos urbanizáveis?

Vozes do CH: — Outra vez?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Sr. Primeiro-Ministro parece que faz qualquer coisa em relação ao fenómeno dos sem-abrigo, quando diz que tem 11 milhões para aplicar na estratégia para a integração das pessoas sem-abrigo. Mas o Sr. Primeiro-Ministro tinha, graças a uma proposta do Livre no Orçamento do Estado para este ano, não 10 milhões, mas 100 milhões no Fundo de Emergência para a Habitação, para o qual foi alertado no nosso primeiro debate e que até hoje não regulamentou. Porque é que não o faz?

O Sr. Primeiro-Ministro parece que mudou a lei, ou mudou as regras, de propósito para poder pagar 15 000 € ao Secretário-Geral do Governo. Depois, quando viu que ficava mal — visualmente não ficou bem, Sr. Primeiro-Ministro —, deixou cair a pessoa, manteve a regra...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estás a confundir!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e, agora, nomeia, para Secretário-Geral do Governo, alguém que tem 50 anos de governação PSD.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Mas gostaria de o ouvir dizer aqui se tem uma linha de pensamento sequer sobre modernização administrativa. Porque é que não escolhe alguém que tenha provas dadas e uma estratégia para implementar?

Aplausos do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vocês é que deixaram cair a Joacine!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 49 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, quanto à questão do Secretário-Geral do Governo, não quero manter suspense, mas preciso de mais tempo e responderei daqui a pouco.

Mas deixe-me já dizer-lhe: eu não deixei cair ninguém. Pelo contrário, se fosse por mim, a pessoa que foi escolhida estava lá.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, não há dúvida nenhuma. Vou explicar-lhe, a si e ao País, porquê, sem problema nenhum.

Aplausos do PSD.

Agora, deixe-me dizer-lhe o seguinte: tenho de achar graça — com franqueza, e não leve a mal — que diga que o meu antecessor lhe chamou «populista». Ele devia saber o que é que queria dizer, porque vocês tinham relações políticas de alguma proximidade.

Risos de Deputados do PSD.

Isso é público, colaboraram em muitos instrumentos legislativos.

Sr. Deputado, tem de concordar que é um bocadinho pretensioso dizer que o País se riu. Olhe, acho que o País nem registou isso, eu não tenho memória.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois não tem, não tem. É esse o problema!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu também era o País e sou o País.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Memória? Memória de que o meu antecessor lhe chamou «populista»? Sr. Deputado, se o fez, foi num momento de retórica político-parlamentar. O País ri-se é de o senhor achar que isso é importante.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olé! Muito bem! Essa foi na canela!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda com 28 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vejo que se irritou, deixou cair a perceção de calma.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Até se estava a rir!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora, posso dizer-lhe que, para não deixar suspense sobre o Secretário-Geral do Governo, no âmbito de uma reforma administrativa em que os políticos estão no Governo — já tem um Ministro da Presidência, já nomeia o Governo —, os altos funcionários do Estado devem manter uma consistência de Governo para Governo, porque devem manter as funções essenciais do Estado e ser capazes de administrar capazmente a máquina do Estado. Aquilo de que precisamos não é de um político de carreira. Desafio o Sr. Primeiro-Ministro, na próxima escolha do Secretário-Geral,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... a aplicar o regulamento da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) e a escolher por concurso público a próxima pessoa a aplicar as regras do Estado...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E a Joacine?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao tempo do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem até 3 minutos e 30 segundos.

Pausa.

Não são 3 minutos e 30 segundos?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É o PAN!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço desculpa, tem razão. O CDS-PP, tal como o PSD, estando em partidos que suportam o Governo, ficam para o final.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Estão no Governo, quem diria...!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço desculpa pelo lapso.

Portanto, vamos passar ao tempo da Sr.^a Inês de Sousa Real, Deputada Única do PAN, que dispõe de 2 minutos. Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, já o ouvimos aqui hoje num debate acalorado em torno da questão da imigração e do Martim Moniz.

Mas o crime mais participado em Portugal, tirando os crimes contra o património, continua a ser o crime de violência doméstica. Em 2023, foram mais de 30 000 denúncias: 83 mulheres agredidas por dia. Em 2024, este crime continuou a aumentar. E começámos o ano de 2025 com mais uma mulher morta às mãos da violência. Tinha apenas 46 anos e foi morta, degolada, à frente dos dois filhos pelo companheiro. Já tinha feito a participação. E o que é que aconteceu, Sr. Primeiro-Ministro? O mesmo de sempre: mais uma mulher morta no nosso País, mais uma derrota coletiva face a este fenómeno criminal.

Sobre isso, não temos visto nenhum debate acalorado. É que, permita-me que lhe diga, o grave problema de segurança nacional vive-se dentro de portas, dentro de casa, e não nas ruas, Sr. Primeiro-Ministro. E as mulheres estão fartas de que nada se faça para combater esta violência.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Por isso, há três questões muito concretas que hoje gostaria de lhe colocar.

Por um lado, pergunto se vai ou não apostar na qualificação das respostas de combate à violência doméstica de primeira linha, a nível dos estabelecimentos de saúde, de segurança, nos tribunais, nas escolas e nas CPCJ (comissões de proteção de crianças e jovens), porque sem investimento não combatemos este flagelo.

Por outro lado, a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica tem o seu financiamento assente apenas em projetos, não tem qualquer estabilidade, o que não permite sequer ter recursos humanos e um quadro de carreiras. Pergunto se está disponível para investir nisso mesmo.

Por último, em relação aos órfãos de vítimas de violência doméstica, o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que está muito confortável com a nomeação do Sr. Secretário-Geral e com o salário que iria receber, de 15 000 € por mês. As vítimas de violência doméstica, os órfãos, recebem 179,40 €, Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Isto é absolutamente indigno, é obsceno no nosso País, e precisamos de garantir que o Sr. Primeiro-Ministro e a bancada que suporta o Governo estão disponíveis para nos apoiar e para trabalhar,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Nos apoiar?! Deve falar no singular!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... em conjunto com o PAN, uma iniciativa que temos aqui mesmo, no Parlamento, para garantirmos que mudamos esta realidade e que damos uma oportunidade de vida condigna a vítimas de violência doméstica.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quero, antes de mais, cumprimentá-la pelo tema que aqui trouxe e que é, de facto, um tema importante.

É um crime o que reputamos de grave, extraordinariamente grave. Tenho dito e vou aqui repetir: para mim, o crime de violência doméstica é um crime de terror. É um crime de terror, é um crime que imputa às vítimas, normalmente mulheres e crianças, um medo permanente, durante os ciclos de agressão. E mesmo posteriormente, mesmo quando se livram do agressor, vão viver toda a vida com aquela recordação e aquele estigma. É, de facto, um crime repugnante e que não podemos deixar de combater com toda a força.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É por isso, de resto, que o Orçamento do Estado que foi aprovado para 2025 faz o maior investimento de sempre para prevenir a violência doméstica e para proteger as vítimas.

Há muitas medidas, Sr.^a Deputada, que creio que tem acompanhado, que foram tomadas e que são relevantes para modificar a situação. Olhe, hoje mesmo, está a decorrer a primeira ação de formação das forças de segurança para poder implementar a nova ficha de avaliação das vítimas, que é um instrumento reclamado, nomeadamente, pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e por todos os especialistas desta área, como sendo essencial no acompanhamento da vítima.

Mas estamos a fazer mais coisas: estamos a aumentar os adiantamentos para a proteção de vítimas de 10 % para 35 % em termos de financiamento; regularizámos as dívidas relativamente ao transporte das vítimas de violência doméstica; garantimos, já o disse aqui noutras ocasiões, que as vítimas de violência doméstica que são encaminhadas para casas de abrigo possam ter acesso a cuidados de saúde nessas áreas e não estar, como estavam anteriormente, indexadas à sua área de residência; valorizámos e aumentámos diretamente, pelo Orçamento do Estado, as verbas para o transporte, como disse há pouco; e também fizemos isto de acordo com uma filosofia de não estar à espera de receitas, como acontecia anteriormente, que vêm dos jogos sociais — foi o Orçamento do Estado que assumiu a prioridade desta resposta.

Portanto, Sr.^a Deputada, de facto, o assunto é importante, o sistema de teleassistência que também está hoje garantido, tudo isso é importante e estamos a...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora, sim, vamos passar ao tempo do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que tem 3 minutos e 30 segundos. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria primeiro fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Com certeza. O tempo não começou a contar, portanto faça o favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria pedir a distribuição, pela Mesa, aos vários grupos parlamentares, a propósito da intervenção do Deputado Pedro Nuno Santos, de um artigo publicado no *Jornal de Negócios* em setembro de 2016, com o título «Costa promete médico de família para todos os portugueses em 2017», num debate quinzenal igual a este.

O orador exibiu a notícia referida.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já perdemos! Agora são vocês!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E, na altura, o Primeiro-Ministro António Costa dizia:...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, com certeza, partilhe os *links* e os serviços irão fazer a distribuição.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... «... 2017 é, de uma vez por todas, o ano em que todos os portugueses terão um médico de família atribuído.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, para fazer um ponto político, tenho de começar a descontar os 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A interpelação está feita, os serviços farão a distribuição a todos os grupos parlamentares.

Agora, peço então aos serviços que comecem a contagem dos 3 minutos e 30 segundos da intervenção e da pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, por parte do Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, refocando o discurso no presente e no futuro, ao contrário do que as oposições disseram, o ano económico de 2024 terá corrido bem. De acordo com os dados preliminares que foram hoje anunciados pelo Sr. Ministro das Finanças, gostaria de destacar três pontos essenciais.

Portugal terá um crescimento económico significativamente superior à média da zona euro. Portugal vai voltar a ter um excedente orçamental e, por isso, todos aqueles que achavam que Portugal ia ter um défice orçamental em 2024 enganaram-se.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Finalmente, ao contrário de outros países europeus, a dívida pública portuguesa vai continuar a reduzir-se e isso é um grande serviço que prestamos às novas gerações.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, a primeira pergunta que gostava de lhe fazer é: como é que perspetiva 2025, em que as estimativas são melhores e em que Portugal pode mesmo crescer acima de 2 %?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, como disse na intervenção inicial, de lançamento deste debate, apesar das incertezas que nos rodeiam — que são externas, são aquelas que não conseguimos dominar —, temos razões para estar otimistas. E temos razões para estar otimistas porque, em Portugal, hoje, temos estabilidade política, temos estabilidade financeira e temos muitos estímulos à atividade económica.

Um país que tem uma rota de diminuição da sua dívida pública; que garante *superávits* orçamentais; que diminuiu os impostos sobre os rendimentos do trabalho; que está a diminuir fortemente, dentro destes, os impostos sobre os jovens até aos 35 anos nos seus 10 primeiros anos de vida ativa; que diminui o imposto sobre o rendimento das empresas, propiciando às empresas mais meios para poderem sustentar investimento, para poderem capitalizar as suas empresas, para poderem pagar melhores salários; que está numa luta incessante para fazer face à burocracia, à regulamentação excessiva; que vai simplificar o seu modelo fiscal; que vai simplificar os licenciamentos mormente industriais para poder ser mais rápido a responder ao ímpeto empreendedor dos nossos investidores, internos e externos, é um país que, apesar das dificuldades que vêm de fora, tem todas as condições para maximizar a sua capacidade ao nível do seu potencial económico, dos seus recursos humanos, do seu *know-how*, em áreas e setores de atividade onde está mais à frente e em áreas e setores de atividade onde, não estando à frente, tem projetos que são válidos, porque é essa a nossa filosofia.

Este Governo não escolhe setores para investir. Este Governo apoia projetos viáveis, apoia projetos que se materializam em criação de riqueza, em criação de valor, em aumento dos salários.

Por isso, Sr. Deputado, temos razões para estar otimistas, dentro da moderação que nos impõe uma realidade que não depende de nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda com 2 minutos e 32 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o investimento é um elemento fundamental para dinamizar a economia e para pôr Portugal a crescer mais.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

E, por isso, o Sr. Primeiro-Ministro fez bem em colocar o investimento como uma das grandes prioridades para o ano 2025.

Mas o investimento não é um fim em si mesmo, como sabemos. O investimento conduz ao crescimento e é o crescimento económico que suporta o nosso Estado social. E, para haver investimento, entre outras condições, é preciso haver segurança. Não há investimento sem segurança.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, gostava de destacar um aspeto que, se não fosse cómico, seria trágico. A esquerda gosta sempre de pôr a ideologia à frente da realidade. Mas a realidade acaba sempre — sempre! — por atropelar a ideologia. E há vários exemplos disto. Já houve um exemplo referido neste debate.

Dirigentes da esquerda fizeram uma manifestação contra a operação da PSP no Martim Moniz. Menos de 24 horas depois,...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... deu-se uma rixa violenta entre grupos, precisamente no Martim Moniz.

Mas, Srs. Deputados, há um exemplo ainda melhor, que não posso deixar de referir. Estava o líder parlamentar do Bloco de Esquerda, em direto na televisão, a dizer que não havia problema nenhum de insegurança em Portugal, quando a emissão — em direto — subitamente é atropelada pela notícia do tiroteio em Viseu.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Srs. Deputados, se não fosse cómico, era trágico.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ironia!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não é cómico, Sr. Deputado! Não é cómico!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Cada tiro, cada melro. Parece que sempre que falam das falsas perceções que têm sobre a segurança, induzem o crime real a mostrar que existe.

Mas, Srs. Deputados, não podem confundir perceções com factos. O crime existe e tem de ser combatido, independentemente da sua natureza, porque os cidadãos têm direito à sua segurança.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, depois do descalabro que foi o desinvestimento na execução da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança em 2021, 2022 e 2023, a pergunta que gostava de fazer é se vamos ter uma recuperação significativa desse investimento...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... para reforçar as nossas Forças de Segurança.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, com 1 minuto e 4 segundos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, estou de acordo com o seu raciocínio e estou de acordo com a mais-valia que é sermos um País seguro, fiável, para poder ser destinatário dos investimentos que alavancam e tornam dinâmica uma economia.

Desde logo, há uma segurança — ainda antes da segurança pública — que é a resposta que o Estado dá aos cidadãos, que o Estado dá aos investidores, a previsibilidade, a fiabilidade das políticas, a manutenção do rumo. Espero que a Assembleia da República esteja comprometida com o valor que a estabilidade, que a fiabilidade, que a previsibilidade têm, em si mesmas, para dar segurança a quem quer investir.

Quanto à segurança pública, Sr. Deputado, não há dúvida que num mundo que está perigoso, um mundo que está instável, os dados de segurança, o sentimento de segurança, tem de ser preservado para garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, mas também para garantir que os investimentos que são para aqui direcionados encontram a capacidade de poderem ser executados.

Portanto, Sr. Deputado, quanto aos investimentos, a palavra de ordem é a mesma: executar. E executar a programação também na Administração Interna.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Por 2 segundos, mais a tolerância, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, um último tema, como disse, é o crescimento que permite sustentar o nosso Estado social. E foi o crescimento que permitiu que este Governo tivesse aumentado o complemento solidário para idosos, duas vezes. Faça-lhe a pergunta, Sr. Primeiro-Ministro: quantos idosos beneficiaram desse aumento?

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para solicitar a distribuição de dois documentos.

Protestos de Deputados do PSD.

O primeiro documento é uma transcrição do debate da CNN, de 28 de dezembro,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O que foi atropelado?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olhe o *Tik Tok*!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... para o Sr. Deputado Paulo Nuncio poder citar corretamente — fez o contrário —, em que eu digo que não há nenhuma relação entre insegurança e imigração. E uma segunda notícia que dá nota da audição que decorreu, hoje, em que a Ministra da Administração Interna assume que não associa aumento da criminalidade ao aumento da imigração, ficando, assim, reposta à verdade na Câmara.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe, ninguém bateu palmas! Nem o ouviram!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Foi arrasado na CNN!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele é arrasado em todo o lado!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, peço que faça chegar esses documentos aos serviços, para que seja feita a distribuição pelos grupos parlamentares. Os documentos referidos anteriormente também têm de chegar aos serviços para serem distribuídos.

Vamos passar ao tempo do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 11 minutos e 30 segundos. Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, aproveito, também, o primeiro debate quinzenal do ano para lhe retribuir os votos que o Governo fez a esta Câmara, dizendo que um ano bom para o Governo será, certamente, um bom ano também para todos os portugueses.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se houvesse uma palavra que pudesse caracterizar o debate parlamentar de hoje, seria «caricato».

O Sr. Primeiro-Ministro escolheu o tema do investimento, o tema da economia, para explicar ao Parlamento — e, por via do Parlamento, ao País — a estratégia que o Governo tinha para o ano de 2025, para podermos crescer mais, podermos pagar melhores salários e termos uma justiça social mais forte. O Sr. Primeiro-Ministro gastou o seu primeiro tempo, explicando essa estratégia, e a pergunta, do lado do Partido Socialista, foi: «Qual é a estratégia do Governo para a economia?»

Diria caricato.

Protestos de Deputados do Partido Socialista.

O líder da oposição, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, perguntou ao Sr. Primeiro-Ministro como é que o Sr. Primeiro-Ministro pensava resolver um problema que, assumiu, tinha sido causado pelo Partido Socialista, relativamente à falta de médicos de família, ainda para muitos e muitos portugueses.

O Sr. Primeiro-Ministro usou da palavra, explicou a estratégia e o que já tínhamos vindo a fazer, e o líder da oposição, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, disse que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu. Caricato.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Que é que o Governo fez? Não respondeu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O líder do Chega, Sr. Primeiro-Ministro, fez-lhe perguntas diretas e concisas, no bom estilo do Deputado André Ventura. O Sr. Primeiro-Ministro respondia de forma direta. Nalgumas respostas gastou até pouco tempo. O Sr. Deputado André Ventura dizia: «Nem o Sr. Primeiro-Ministro acredita na sua resposta». Por muito que o Sr. Primeiro-Ministro respondesse, não era a resposta que o Sr. Deputado André Ventura queria, não contava para o Sr. Deputado André Ventura. Eu diria, caricato.

O Sr. Deputado André Ventura veio aqui fazer, como costuma, grandes proclamações contra a imigração, muitas vezes contra a imigração desregulada, às vezes exagera e é contra todos os imigrantes, e eu lembrei-me, Sr. Primeiro-Ministro, de ver — sei bem que tem outros afazeres e que, provavelmente, não tem oportunidade de ver todas estas coisas, mas eu gosto de acompanhar os momentos políticos de maior afirmação, designadamente, dos dois maiores partidos da oposição — o que fazem o Partido Socialista e o Chega. E, esta semana, o partido Chega esteve na rua, ao mesmo tempo que estava o Partido Socialista, com o Bloco de Esquerda, com o PCP, com o Livre — no fundo, os extremos saíram à rua — e...

Protestos do CH e do BE.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O senhor tem graça!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Devia ter vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o Sr. Deputado André Ventura fez um grande comício.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tens um fetiche com o Dr. Ventura!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Chegou ao fim do comício, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e disse às pessoas que assistiam ao comício: «Eu quero vos prometer...» — isto era a propósito da imigração — «Eu quero vos prometer...», mas disse isto com pompa e circunstância, e eu pensei, «Bem, depois de todo este discurso, o Sr. Deputado André Ventura, caricato, mais uma vez, arrependeu-se de ter votado ao lado do Partido Socialista, de ter chumbado a criação da unidade nacional de estrangeiros e fronteiras da PSP, de ter chumbado as mudanças nas regras de retorno para que os imigrantes ilegais, de forma mais eficaz, mais célere, possam sair do nosso País».

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu pensei: «Bem, é agora que ele vai dizer a toda esta gente que o está a ouvir, que se arrependeu de ter sido muleta do Partido Socialista e que está disponível para voltar ao tema».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! Isso!

Vozes do CH: — Muleta?! Muleta?!

Vozes do PSD: — É o andarilho! É o andarilho!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que achei mesmo que era isso, porque a pompa e circunstância era muita.

Sabe o Sr. Primeiro-Ministro — saberá o País? — qual foi a solução que o Dr. André Ventura apresentou ao País para o problema da imigração desregulada e ilegal em Portugal? Eu vou dizer-lhe, porque é rigoroso: «Bonés!» Pergunta o Sr. Primeiro-Ministro: «Bonés?!» É verdade.

O Sr. Deputado André Ventura...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Isso já é um fetiche com o André Ventura!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... terminou a intervenção, sobre temas sérios, a dizer àqueles que o apoiavam, naquele comício: «A nossa solução é “bonés”. Vamos fazer “bonés” que dizem, à frente, “Malhar na esquerda” e, atrás, “Limpar Portugal». Como vai, de facto, a política do Chega em Portugal? É «bonés» que tem para oferecer às portuguesas e aos portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tens uma atração pelo André Ventura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, numa boa expressão portuguesa, é mesmo caso para dizer que o Deputado André Ventura anda tão perdido, tão perdido, que o melhor que tem a fazer é mesmo andar a apanhar bonés, porque não tem nada para oferecer aos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

Mas não é só o Deputado André Ventura que anda confuso. Nos últimos meses, nas últimas semanas, o debate sobre as questões de segurança ganhou nova relevância política, por força de as forças e de os serviços de segurança fazerem aquilo que lhes compete, que é disso que se trata, fazer aquilo que lhes compete.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É distribuir tachos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E ouvimos o Partido Socialista — a várias vozes —, tive a oportunidade de saudar, de forma especial, o Sr. Deputado José Luís Carneiro, que recuperou os velhos princípios do Partido

Socialista e teve aqui uma posição muito moderada no debate que fizemos na semana passada sobre esta matéria.

Protestos do CH e de Deputados do PS.

Mas depois, Sr. Primeiro-Ministro, esta semana, num facto político de grande relevância para o País, assim é — e queria por isso saudar a Sr. Deputada Alexandra Leitão por ser a candidata do Partido Socialista à Câmara Municipal de Lisboa —, o Deputado Pedro Nuno Santos anunciou a sua líder parlamentar como candidata à Câmara Municipal de Lisboa e escreveu, não disse, escreveu: «Num momento em que a cidade de Lisboa enfrenta graves problemas...» — de quê? Eu vou ler: «Num momento em que a cidade de Lisboa enfrenta grandes problemas de segurança...»

Risos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

E eu pensei, não é o mesmo Deputado Pedro Nuno Santos que eu tenho ouvido, mas depois fui ouvir, ver, recuperar, o que é que diz sobre o mesmo tema, a líder parlamentar do Partido Socialista. E a líder parlamentar do Partido Socialista indignou-se muito, como o Sr. Primeiro-Ministro saberá, sobre as conferências que fez, sobre as matérias de segurança, bem a propósito, bem necessárias, designadamente a sua mensagem de Natal ao País. E diz a líder parlamentar do Partido Socialista exatamente a mesma coisa que diz o líder do Partido Socialista sobre as graves questões de segurança de Lisboa. Diz a líder parlamentar do Partido Socialista: «O Governo cavalga uma perceção de insegurança que não é real».

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, parece-me, sinceramente, que os dois maiores partidos da oposição, nestas matérias, estão na mesma, estão os dois a apanhar bonés sem perceberem aquilo que são os principais problemas reais das portuguesas e dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

Mas o caricato de todas estas matérias, Sr. Primeiro-Ministro, voltando ao tema que aqui nos trouxe — crescimento da economia, competitividade, melhores salários, maior justiça social —, foi aquilo que se passou no debate inicial e que o Sr. Primeiro-Ministro aqui trouxe.

Estamos todos, devo dizer-lhe, expectantes quanto às resoluções do Conselho de Ministros sobre as questões da complexidade fiscal. Portugal não pode continuar a ser um país de...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Simplificação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ..., não é complexidade, é simplificação — tem razão; é que falámos muito do passado, hoje, e eu enganei-me. Eu corrijo: as resoluções do Conselho de Ministros sobre as questões da simplificação fiscal. Portugal não pode continuar a ser um país em que a maior parte dos portugueses pagam taxas e taxinhas, que não sabem sequer que existem, não sabem porque é que as pagam. Portugal não pode continuar a ser um país de demasiada burocracia, não pode continuar a ser um país de impostos altos, no máximo, e, como foi durante muito tempo, serviços públicos, no mínimo.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, não percebo como é que o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos não conhece uma das partes fundamentais da nossa estratégia para a economia, que era, precisamente, baixar mais, ser mais ambiciosos na redução dos impostos sobre as empresas, para que elas possam pagar melhores salários e reinvestir mais. Foi o Partido Socialista que não quis que fôssemos mais longe,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... mas o Partido Socialista, que prefere não ouvir qual é a estratégia do Governo para a economia portuguesa, elencou alguns setores que têm atravessado dificuldades — o setor dos componentes automóveis, o setor têxtil —, e veio cá dizer: o Governo não está a fazer nada sobre esta matéria.

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Eles é que não fizeram nada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade que nós somos bem diferentes daquilo que era o Partido Socialista. O Sr. Primeiro-Ministro enfatiza muitas vezes as proclamações, as ideias, como ainda hoje aqui disse, mas depois a falta de realização. Posso informar o Deputado Pedro Nuno Santos, porque se calhar também não vê as notícias, que o Sr. Ministro da Economia ainda na semana passada esteve em Guimarães — onde o setor têxtil naquela região tem uma importância fundamental, com mais de 60 empresas, das mais importantes daquele setor — a ouvir, a procurar soluções para os problemas que o têxtil tem em Portugal.

Mas a questão que se coloca sobre a economia portuguesa é mesmo esta: nós temos uma visão cada vez mais antagónica da que o Partido Socialista tem. O Partido Socialista achava que o Sr. Primeiro-Ministro deveria escolher dois ou três setores de atividade e dizer: é nestes que vamos apostar. Ainda não foi capaz de dizer quais os setores estratégicos...

Voz do PSD: — Porque não sabe!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... em que o Partido Socialista apostaria...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... definitivamente, como estratégia económica para o País.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não existe!

Voz do PSD: — Efacec!?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o que lamento profundamente, o que lamento profundamente, porque era importante que o País soubesse — era mesmo muito importante que os empresários portugueses soubessem, e, normalmente, o Deputado Pedro Nuno Santos aproveita as *flash interviews* depois dos debates Parlamentares para continuar a fazer declarações à imprensa, e eu queria instar mesmo o Partido Socialista a dar, de uma vez por todas, esta informação às portuguesas, aos portugueses e a todo o tecido económico português — quais são os setores da economia portuguesa que o Partido Socialista entende que não devem ser prioritários da ação governativa e da estratégia económica de Portugal. Que setores da economia é que o Partido Socialista diz: «Estes devem ser deixados para trás, os empresários não devem ser apoiados e essas pessoas têm de vir para a rua, para o desemprego, porque nós entendemos que esse não é o caminho que o Partido Socialista quer para a economia nacional»?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, da nossa parte, só podemos dizer que estamos confiantes na estratégia que o Governo tem vindo a decidir, apoiamos a estratégia do Governo e queremos mais crescimento para que possa haver mais justiça social.

Bem sabendo que o Sr. Primeiro-Ministro aproveitará o tempo de resposta ao Grupo Parlamentar do PSD para falar sobre a questão, a magna questão do Secretário-Geral do Governo, queria também, a esse pretexto, perguntar-lhe,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E as urgências pediátricas?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... pedir-lhe que pudesse aproveitar a oportunidade não só para falar das questões que a oposição quer, mas também da importância da reforma que foi feita no cerne do Governo, que reduz custos e com a qual ganhamos todos em eficiência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês nem para apanhar bonés servem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro vai usar da palavra quando houver condições na Câmara.

Só um minuto, Sr. Primeiro-Ministro.

Pausa.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, como já tive ocasião de dizer e o Sr. Deputado agora recordou, precisarei de ocupar uma parte do tempo de resposta à sua intervenção para deixar claras duas ou três matérias que não o ficaram por manifesta falta de tempo.

Vou começar por uma, que é mais rápida. O Sr. Deputado Paulo Núncio perguntou quantas pessoas, em concreto, quantos beneficiários tinham sido abrangidos pelos dois aumentos que nós já promovemos no complemento solidário para idosos, e eu quero-lhe dizer que a consequência conjugada dos dois aumentos — e, portanto, por via disso, da inclusão de outros rendimentos na abrangência do complemento solidário para idosos, e também do alargamento,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... por retirar, nomeadamente, o critério, que todos acharam que era muito injusto, mas que só este Governo mudou, de que os rendimentos dos filhos pudessem impedir a atribuição deste benefício — traduziu-se num acréscimo, em 2024, de 82 833 beneficiários novos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Isto significa, grosso modo, mais 50 % dos beneficiários do complemento solidário para idosos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, sobre a questão da Secretaria-Geral do Governo, da nomeação e da retribuição do respetivo Secretário-Geral: começando pelo princípio, esta secretaria-geral é o resultado da fusão de oito secretarias-gerais de oito ministérios e mais alguns departamentos, como o CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo). Estamos a falar, portanto, de uma medida de eficiência na gestão e de concentração de responsabilidade que antes estava distribuída por oito ministérios e por oito secretários-gerais.

O que é que o Governo entendeu? O Governo entendeu que no recrutamento para cargos cujo desafio como este implica uma reestruturação dos serviços, uma capacidade de gestão, uma capacidade de mobilização dos serviços para a mudança, de podermos reforçar a articulação entre ministérios, de podermos coordenar a atividade interna dos ministérios, o Governo entendeu que deveria haver um regime remuneratório equivalente a um cargo de dirigente de topo da Administração Pública. E foi isso que ficou definido na lei.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Entretanto, para alargar o recrutamento, seguindo uma estratégia que queremos cada vez mais implementar na Administração Pública, pensámos e decidimos em conformidade — não para este lugar em concreto, mas

para todos os lugares equivalentes a este — que se houver pessoas na Administração Pública, em órgãos públicos, que queiram assumir estas funções, devem poder escolher a retribuição de origem dos respetivos serviços.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já sabiam quem é que era!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Uma vez que o Sr. Deputado André Ventura está também aqui e foi uma das pessoas a colocar questões adicionais, e colocou a questão, deixe-me dizer-lhe: Ó Sr. Deputado, imagine que o Sr. Deputado é funcionário — creio que até é — do Ministério das Finanças, da Autoridade Tributária...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ah, sim? Funcionário público? Isso explica muita coisa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Imagine que o Sr. Deputado tem um rendimento, um vencimento de 1500 €. Imagine que nós o convidamos —...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E aceita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ou alguém dentro da Administração, já que para nós é difícil, para não dizer impossível! —,...

Risos do Deputado do CH André Ventura.

... mas imagine, por absurdo exercício académico, que o convidamos para o desempenho de uma função que é mais relevante, que é mais desafiante, que implica uma dedicação maior do que aquela que o Sr. Deputado exerce para ter um rendimento de 1500 €;

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E aceita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e nós temos a limitação de lhe poder pagar apenas 500 € para essa missão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E se fossem 80 000 €? Pagavam 80 000 €?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pergunto-lhe se é assim tão difícil de perceber que, estando nós na Administração Pública, sendo nós, no fundo, a entidade empregadora da pessoa em concreto, do recurso humano em concreto, pergunto-lhe se é ou não justo...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... permitir que a pessoa desempenhe outra função dentro da mesma esfera, a esfera pública, mantendo o seu nível de rendimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nunca deveria ganhar 15 000 €!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque, se o não fizermos, o que estamos a fazer é a limitar as escolhas, não valorizando o desempenho!

Aproveito, já agora, para lhe dizer, Sr. Deputado, que nós também vamos começar a implementar na Administração prémios de desempenho, para, precisamente, poder valorizar os resultados obtidos. É isso que está nesta reforma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado diz-me assim, e muitas pessoas o disseram com intuitos meramente demagógicos — peço muita desculpa, mas é exatamente assim e é preciso ter a coragem de o dizer —: «Mas 15 000 € é muito dinheiro!» Claro que é muito dinheiro, mas não fui eu que defini o ordenado da pessoa em concreto dentro da esfera pública!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas quanto é que é o ordenado na Administração Pública?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os Srs. Deputados têm o poder legislativo, os Srs. Deputados podem indagar dos salários em todo o perímetro da Administração.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos fazer isso! Vamos limitar e vocês estão de acordo!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os Srs. Deputados podem, no caso concreto até, do Banco de Portugal, revisitar, podem concluir — o Parlamento pode concluir — que se justifica que a exceção que está aberta, hoje, para áreas de atividade concorrenciais, para entidades reguladoras, possa ser alterada e possa ter outro mecanismo. Sr. Deputado, estão na liberdade de o fazer.

Agora, confrontados que estamos com uma circunstância que herdámos — mais uma, que o País herda, precisamente pela sucessão normal dos governos —, confrontados com a necessidade de escolher as pessoas mais aptas a preencher os objetivos, que são objetivos muito, muito exigentes, mal seria que nós não tivéssemos esta possibilidade — repito, dentro da esfera pública.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, foi isso que aconteceu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E foi isso que aconteceu! Aliás, no caso concreto, não é da alteração legislativa, porque essa é geral e abstrata.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É mesmo um decreto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No caso concreto da pessoa em causa, a ideia do Governo até era que fosse o serviço de origem a pagar o vencimento. Não era necessário ele ser substituído, portanto, não iria ser contratada nenhuma pessoa para o seu lugar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — As pessoas estão a pagar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, olhe, do ponto de vista do Governo, até ficava de borla,...

Vozes do CH: — Oh! Coitadinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque nós não iríamos acrescentar nenhum custo à Administração Pública.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, porque é que alteraram a lei?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, estou-lhe a responder ao caso concreto.

A minha filosofia, e do Governo, é termos uma Administração Pública competitiva, uma Administração Pública que recruta os melhores, que dá vencimentos e carreiras atrativos. E é por isso que estamos a valorizar as carreiras da Administração Pública...

O Sr. **André Ventura** (CH): — 15 000 € por mês!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e é por isso que queremos também que os funcionários públicos possam ter o retorno do resultado que obtêm na sua missão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas quanto é que ganha um funcionário público?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, nós estamos a valorizar as carreiras na Administração Pública, nós não estamos a intervir no vencimento destas pessoas em concreto. O Sr. Deputado quer insistir porque é demagógico e populista dizer isto ao País, eu sei.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É, é! Sim, sim!...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Ó Sr. Deputado, eu sei! Sabe, se eu tivesse a sua forma de atuar também lhe diria que o Sr. Deputado gasta milhões de euros por ano ao erário público para a sua atividade política,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês, então!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas eu não faço isso, sabe porquê?

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Eu não faço isso. Sabe porquê? Eu não faço isso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso não tem nada a ver com a lei que alteraram! Alteraram a lei para uma pessoa!

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, vamos parar a contagem do tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não faço isso,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, pode continuar, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não faço isso, porque essa é uma das formas que garante a possibilidade de independência da ação política, que garante a possibilidade da igualdade de tratamento dos agentes políticos, nomeadamente daqueles que têm representação parlamentar, como é o seu caso.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, esta é a nossa filosofia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Alteraram a lei para uma pessoa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E vou-lhe dizer uma coisa, até para responder a uma questão que também me foi colocada: é verdade que a pressão pública, a onda noticiosa que se gerou, acabou por desmotivar essa pessoa em concreto. Eu devo dizer-lhe que lamento, porque naquilo que dependia de mim, eu estava aqui para assumir, corajosamente...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... o princípio que esteve subjacente ao regime legal que está aprovado. Não tenha dúvidas sobre isso. Sabe porquê? Porque nós só vencemos o populismo e a demagogia se tivermos coragem, se levarmos por diante aqueles que são os nossos propósitos, independentemente de estarmos todos de acordo sobre eles.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E também vos vou dizer que quando ontem usei a força de expressão «pagar para trabalhar», significava, como aliás se pode depreender de toda a frase que proferi, que seria uma situação equivalente a pagar para trabalhar. Há alguém que se disponibilize para vir trabalhar recebendo menos do que aquilo que receberia se não trabalhasse?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pagar para trabalhar! Coitadinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, vir dizer que são 6000 € não é sério. O Sr. Deputado não é sério.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado não é honesto intelectualmente!

Protestos de Deputados do CH.

Não é honesto intelectualmente! Não é honesto intelectualmente! Não!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não! Qualquer português em casa percebe o significado das palavras, porque se aplica quer a este vencimento, quer ao seu vencimento — os tais hipotéticos 1500 € —,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estou a pagar para trabalhar?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quer a quem ganhe 870 €, que é o valor do salário mínimo nacional. Eu tenho muito respeito pelas pessoas que têm mais baixos rendimentos, não é isso que está em causa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não parece, não parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que está em causa é valorizar a atitude de uma pessoa que se disponibiliza para vir ganhar menos do que ganharia se não fizesse nada, se não viesse trabalhar. Não perceber isto é não perceber nada, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se para o futuro de Portugal, para o fomento do investimento, para alavanca da economia, para a salvaguarda do Estado social, para a garantia de melhores retribuições e do pagamento de melhores pensões, se, para tudo isto, os senhores querem...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O cartão laranja!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a demagogia e o populismo, os senhores estão na rota da pobreza, Srs. Deputados. Os senhores estão na rota da pobreza!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E a vossa rota da pobreza entronca com a rota da pobreza socialista. É por isso que vocês se juntam muitas vezes, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

E nós cá estaremos, serenamente, para juntar as forças políticas que quiserem e cá estaremos para mobilizar o País, para termos futuro, para termos riqueza e para sermos justos na repartição da riqueza.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, depois desta vergonhosa intervenção do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pede a palavra para...?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sobre a condução dos trabalhos, claro!

O Sr. **Presidente**: — Então, é para mim que se dirige.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, depois desta vergonhosa intervenção do Primeiro-Ministro de Portugal,...

Protestos do PSD.

... eu queria pedir ao Sr. Presidente que distribísse por todos os grupos parlamentares as declarações do Sr. Primeiro-Ministro onde diz que o novo Secretário-Geral do Governo vai pagar para trabalhar,...

Protestos do PSD.

... e quero perguntar-lhe se é ou não verdade, Sr. Primeiro-Ministro — deixe-se de tretas —, se é ou não verdade...

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

... — deixe-se de treta, deixe-se de tretas!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, uma interpelação à Mesa é para a Mesa e é sobre a condução dos trabalhos. Peço-lhe que sejamos leais.

Faça favor de prosseguir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... se é ou não verdade que ele vai ou não ganhar 6236 € por mês. É só isto! Diga-o sem tretas e com verdade, aqui, no Parlamento.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado vai fazer chegar à Mesa um documento para esse efeito. Agradeço-lhe que o faça chegar até ao final dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, nos mesmos termos do Deputado André Ventura, quero, através de V. Ex.^a, dizer, com serenidade, que o Secretário-Geral do Governo vai auferir a remuneração que lhe está cometida e atribuída pela lei...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quanto?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nos exatos termos em que estão todas as retribuições de todos os agentes públicos, incluindo os Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas qual é o valor?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra, presumo que também sobre a condução dos trabalhos.

Protestos do CH.

O direito é igual para todos, portanto, agora tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para dizer que também está ali!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos e apenas porque o Sr. Primeiro-Ministro prometeu dar duas respostas sobre o Fundo de Emergência na Habitação — aliás, é uma pergunta que já lhe foi feita —, nomeadamente para quando a regulamentação dos 100 milhões de euros que foram atribuídos a este Fundo de Emergência na Habitação e também...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim.

E peço, ainda, ao Sr. Presidente da Assembleia da República que usasse os seus bons ofícios, uma vez que as respostas foram prometidas e não foram enviadas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E então?!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para que pudessem ser enviadas por escrito as respostas do Governo sobre a regulamentação do Fundo de Emergência na Habitação, porque é que não foram utilizados os 100 milhões e apenas 11 milhões, e ainda qual o número de casas que seria possível construir no solo urbanizável que já temos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será feito o que solicita.

Está tudo clarificado, não há mais nenhum pedido de palavra, pelo que está terminado o nosso segundo ponto da ordem do dia e agradeço a presença do Sr. Primeiro-Ministro e dos restantes Membros do Governo.

Srs. Deputados, o terceiro ponto da ordem do dia consiste no debate com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência polaca do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto).

Estamos em condições de iniciar este ponto, dando a palavra à Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus** (Inês Domingos): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A Polónia assumiu, como sabem, no dia 1 de janeiro, a presidência do Conselho da União Europeia e é a segunda vez que o faz, tendo sido a primeira em 2011.

A presidência polaca surge num momento de especial complexidade no quadro europeu e mundial, como todos sabemos, que está marcado especialmente pela guerra na Ucrânia, pela imprevisibilidade e instabilidade da ordem internacional, incluindo uma pressão crescente sobre o que são os fundamentos básicos da construção do projeto europeu, como a democracia e a defesa do Estado de direito.

Esta presidência coincide também largamente com o início de um novo ciclo político e institucional, que começou com as eleições para o Parlamento Europeu, em junho do ano passado, e que terminou com a eleição da Presidente da Comissão Europeia, do Presidente do Conselho Europeu e a tomada de posse de todos os comissários.

É por isso que hoje, com muita honra, estou aqui outra vez, depois de ter cá estado ontem à tarde, desta vez para debater com os Srs. Deputados as prioridades da presidência polaca da União Europeia.

O programa da presidência polaca tem como grande prioridade a segurança nas suas várias dimensões, o que é compreensível face ao contexto atual, que assinalarei inicialmente, e, em particular, face à agressão russa contra a Ucrânia, uma guerra ilegítima e injustificada, que é, em si mesma, não só um ataque contra uma outra nação, mas um ataque aos próprios valores e princípios fundamentais da União Europeia.

Esta prioridade da presidência polaca, que está refletida no lema *Security Europe*, resulta numa abordagem abrangente e transversal do conceito de segurança, uma perspetiva quase de resiliência da Europa, que é bem expressiva nos desafios que a presidência polaca nos coloca e é apresentada em sete dimensões: a defesa; a proteção de pessoas e fronteiras; a resistência a interferências externas e desinformação; a segurança e a liberdade de negócio; a transição energética; a agricultura competitiva e resiliente; e, finalmente, a segurança na saúde.

Podemos afirmar que estas prioridades coincidem, em larga medida, com as prioridades nacionais para o novo ciclo político que agora se inicia, e que foram, aliás, assinaladas pelo Sr. Primeiro-Ministro numa carta que escreveu à Presidente von der Leyen em setembro; mas eu queria assinalar alguns tópicos mais específicos das prioridades da presidência polaca e, depois, poderei debater com os Srs. Deputados o que entenderem.

Começaria por falar sobre a prioridade que respeita ao apoio político, militar, humanitário e económico à Ucrânia, de forma incondicional e pelo tempo que for necessário.

A este propósito, gostava de recordar — como, aliás, tive a oportunidade de dizer ontem aqui na Comissão de Assuntos Europeus — que o Conselho Europeu reiterou a sua posição de apoio político, militar e financeiro à Ucrânia e reforçou que qualquer iniciativa para alcançar uma paz justa tem de ser uma paz que inclua a Ucrânia, porque só a Ucrânia é que pode definir quais são os critérios que considera para uma paz justa, e isto foi transmitido ao Presidente Zelensky que participou presencialmente nessa reunião.

Fundamentalmente, nesta mesma linha, é o compromisso com o reforço da Política Comum de Segurança e Defesa, robustecendo as capacidades militares dos Estados-Membros, através da política industrial da União Europeia, e garantindo também a prontidão em todos os domínios.

A este respeito, Portugal saúda o relatório Niinistö, em relação ao qual esperamos poder trabalhar também com a presidência polaca.

No plano externo, a presidência polaca apresenta-se comprometida com a relação transatlântica, que é uma relação que Portugal também valoriza e considera perene e crucial para a estabilidade global.

Consideramos importante prosseguir o diálogo da União Europeia com os Estados Unidos de uma forma aberta, franca, construtiva, na perspetiva de evitar possíveis tensões comerciais e proteger, simultaneamente,

os interesses da União Europeia e, no mesmo espírito, apoiamos também o fortalecimento das relações entre a União Europeia e a NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Gostava de destacar também a importância que foi atribuída pela presidência polaca ao processo de alargamento. É do nosso interesse económico e geopolítico, não é só do interesse dos candidatos, é também do interesse da União Europeia e, em particular, de Portugal, e esse alargamento tem de ser baseado no mérito, não podendo ser também desligado das reformas internas da própria União Europeia.

Nós ambicionamos e esperamos trabalhar de forma próxima no seguimento a dar aos relatórios dos presidentes Letta, Draghi e Niinistö, em particular, de forma a explorar o pleno potencial do mercado interno, recuperar do atraso da União Europeia no que respeita à competitividade face aos seus principais parceiros, e até adversários, digamos, e reforçar a preparação e prontidão militar e civil da União Europeia.

Acreditamos também que uma política comercial ambiciosa vai apoiar alguns dos objetivos da frente externa e, em particular, reforçar, através da diversificação de exportações e importações, uma política comercial ambiciosa que pode reforçar a capacidade de a União Europeia ser não só mais competitiva como também mais resiliente, porque, como sabemos bem, a diversificação dos riscos reduz os riscos de forma geral, pelo que haverá que evitar agendas que possam paralisar esta dinâmica comercial.

Em matéria de energia, a presidência polaca enfatiza a vertente de segurança e, neste aspeto, Portugal defende — e o Sr. Primeiro-Ministro tem-no defendido em muitos âmbitos — a necessidade de uma verdadeira união da energia.

Como sabemos, Portugal beneficiaria muito, mas a Europa também, de um mercado energético robusto, em particular no caso das interligações da Península Ibérica com o resto da Europa, que são um fator de constante preocupação e sobre o qual estamos a trabalhar para melhorar a união energética, beneficiando todos os países, todos os Estados-Membros e não apenas Portugal e Espanha.

Sobre o mercado comum, Portugal acompanha as preocupações da presidência, nomeadamente a remoção de barreiras no setor de serviços, o acesso de empresas que pretendem crescer e inovar, as preocupações de financiamento público e privado — e aqui aproveito também para dizer que, naturalmente, é um orgulho para Portugal ter a Comissária Maria Luís Albuquerque na pasta dos Serviços Financeiros e União de Poupança e Investimento, que é uma pasta crucial e que se vai revelar de crucial importância no próximo ciclo institucional — e remover os custos administrativos e burocráticos.

Queremos, ainda, sublinhar que, durante este período de presidências, vai começar a preparação para o próximo quadro financeiro plurianual, para o qual o Governo está muito empenhado. Além disso, sublinhamos o empenho da presidência polaca em guiar as suas atividades, a começar, desde logo, pelas suas prioridades com base nos valores fundamentais da União Europeia, incluindo o Estado de direito, aliás, em linha com a agenda estratégica da União Europeia para os próximos anos.

Muito obrigada e estou à disposição para as perguntas dos Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Regina Bastos, do Partido Social Democrata. Dispõe de 8 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a presidência da Polónia marca o início de um novo ciclo em muitas frentes, como disse a Sr.^a Secretária de Estado.

Temos em funções um novo trio institucional na União Europeia, a braços com urgentes mudanças, não só económicas como digitais, energéticas, sociais e também alterações climáticas. Atrevemo-nos a dizer que as palavras de ordem deste novo ciclo terão de ser ambição, coragem e exemplos de liderança.

Ambição nas bem definidas prioridades da presidência polaca, que nos conforta com um líder confiável e conhecedor da construção europeia, uma referência e um exemplo.

E coragem para enfrentar uma nova era exigente na defesa e segurança, assim reclamam as ameaças externas, em particular a agressão russa da Ucrânia, e o reforço da nossa capacidade de defesa interna, mas também no papel de complementaridade que temos de assumir com responsabilidade perante os nossos aliados

da NATO, valorizando a par as relações transatlânticas que são de hoje, que foram de ontem e que serão de futuro.

Está certa a presidência polaca, que acompanha a visão do Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, ao apelar para a necessidade de aumentar o financiamento da defesa pelos Estados-Membros e a criação de uma base industrial de defesa mais robusta, como também não podem ser ignorados os sinais lançados pela iminente administração norte-americana, que todos os líderes europeus conhecem.

Por isso, o programa desta presidência sublinha que é preciso que os países da NATO façam mais.

É reveladora também a opção estratégica da Comissão Europeia de priorizar a defesa com a criação inédita de um novo portefólio, cujo titular, o Comissário Europeu da Defesa Andrius Kubilius, com muito acerto, disse que a necessidade de a Europa gastar mais em segurança não é uma imposição de Trump, é uma imposição de Putin. Os valores apontados para o investimento em defesa, de 5 % do PIB (produto interno bruto), são o ponto de partida do presidente americano eleito e que excedem os atuais 2 %.

Sobre esta questão, o nosso Primeiro-Ministro assegurou, em julho passado, na Cimeira da NATO, em Washington — antes ainda das eleições americanas —, que Portugal não vai falhar o plano de investimento e assumiu, como objetivo, a criação de um novo *cluster* na nossa economia centrado nessa indústria. Mais, comprometeu-se a antecipar o investimento de 2 % antes do prazo previsto de 2029.

Sr.^a Secretária de Estado, considera que a União Europeia está pronta para responder a estas exigências na área da defesa e segurança com rapidez e eficácia?

Ainda nesta área, relembro que a União Europeia, na revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, disponibiliza 5 mil milhões de euros para o Fundo Europeu de Defesa (FED), no âmbito do novo instrumento STEP (Strategic Technologies for Europe Platform).

Sr.^a Secretária de Estado, considera que estes investimentos poderão implicar cortes noutras despesas públicas? A verdade é que recentemente o Sr. Ministro das Finanças disse que não há esse risco por existirem recursos próprios graças à política de contas certas.

Finalmente, uma das prioridades da presidência polaca centra-se no combate à desinformação e à interferência externa. O Governo português acompanha esta preocupação?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para fazer uma questão, no âmbito do tempo do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho. Dispõe de 3 minutos e 53 segundos.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Deputados, estamos no início desta presidência, mas já há, pelo menos, uma certeza: a Europa vive tempos que não são fáceis, mas, também por isso, são tempos desafiantes e que podem representar uma oportunidade para nos reposicionarmos.

Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Deputados, além da importância da segurança e da defesa e das migrações, deve-nos também preocupar o tema da competitividade da nossa economia europeia. Sem uma economia competitiva não teremos nem forma nem recursos para financiar a política de segurança e de defesa que ambicionamos, bem como a manutenção do Estado social europeu, tal como o conhecemos, fundamentais na Europa que nos une.

Os diagnósticos estão feitos e estão bem feitos, exemplo disso são os relatórios Draghi e os relatórios Letta. Não temos tempo a perder, importa agora agir rápido e de forma consertada e eficaz, abordando aqui a questão da competitividade, dos esforços que devem estar concentrados na promoção do mercado único e no reforço à industrialização europeia, removendo barreiras do comércio transfronteiriço, particularmente no setor dos serviços, eliminando obstáculos burocráticos e apoiando a inovação e a digitalização da indústria.

É da maior importância promover um mercado de capitais mais dinâmico, com maior envolvimento de capital privado na economia, na transição verde e digital, sendo tudo isto essencial para fortalecer a competitividade da União Europeia. É mesmo urgente que assim seja e Portugal deve acompanhar esta posição.

Mas a economia europeia enfrenta desafios em 2025, uma série de novas ameaças que rapidamente nos podem colocar numa situação de recessão. Nas 50 maiores empresas no setor tecnológico, a Europa só consegue colocar quatro, a maior parte delas são norte-americanas ou chinesas. O investimento em I&D

(Investigação e Desenvolvimento), realizado pelas empresas europeias, é metade do investimento das empresas norte-americanas, muito focado no setor automóvel, onde não temos a liderança dos transportes ou dos veículos elétricos liderados pelos chineses.

A nova política comercial da nova administração Trump, que ameaça a Europa em aplicar taxas de 10 % e 20 %, é também um desafio. A economia europeia tem no mercado dos Estados Unidos o seu principal mercado, com mais de 500 mil milhões de bens extracomunitários exportados, 20 % do total das exportações. Isto poderá ter um impacto negativo também para Portugal, porque os Estados Unidos representam o quinto maior parceiro comercial, com 7 % das nossas exportações e mais de 9 mil milhões.

A situação orçamental de alguns países europeus vai colocar preocupações nas instituições europeias e nos mercados financeiros, podendo ser um motivo de instabilidade económica, agravando os custos de financiamento, limitando a política orçamental para ajudar as economias, e aqui Portugal também deve manter uma política orçamental prudente, sem grandes aventuras, e é bom que os partidos da oposição também ouçam.

É, pois, nossa convicção que a influência da Europa no mundo não se fará só por força das suas virtudes e dos seus valores, a força europeia depende também da sua força económica global.

Sr.^a Secretária de Estado, no contexto da presidência polaca, gostaria de lhe colocar as seguintes questões: considera que a presidência polaca pode, efetivamente, iniciar uma nova fase de ações no sentido de completar um mercado único reduzindo burocracia e investindo nas competências e na inovação? Serão os desafios das alterações climáticas e da defesa motores para impulsionar a competitividade? Está o Governo português alinhado com esta necessidade?

Finalmente, relativamente à Europa social e necessitando o mercado único de uma verdadeira dimensão social, em que medida a presidência polaca integra estas prioridades nas suas preocupações de inclusão e coesão? Se sim, o Governo português acompanha esta preocupação?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Secretária de Estado, para responder, dispõe de 8 minutos. Faça favor.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço as questões dos Srs. Deputados, são muito pertinentes, e gostaria de começar por responder às questões relacionadas com a segurança.

A Sr.^a Deputada referiu, e bem, e deu uma visão geral do que a Comissão Europeia tem feito no sentido de reforçar a defesa, que tem a ver com despesa em defesa, mas também tem a ver com uma visão diferente sobre uma política industrial para a defesa, tem a ver com as prioridades, a forma, até institucional, como se se olha para a defesa, tendo agora um comissário especializado para esta área.

Temos, também, a revisão a intercalar dos fundos europeus e temos o que será, seguramente, uma dimensão mais significativa dos fundos europeus nos próximos anos, no próximo quadro financeiro plurianual dedicado a despesas, em particular para fomentar a indústria de defesa.

É compreensível, isto é uma das prioridades da presidência polaca, é uma prioridade que já vem na sequência do que é a constatação da Comissão Europeia, de que é preciso que os Estados-Membros e a própria União Europeia invistam mais em segurança e defesa. Isto é totalmente compreensível, dada a exigência do momento em que vivemos, com uma guerra que está literalmente às portas da Europa e com uma circunstância de haver atores externos a tentar influenciar a União Europeia através de instrumentos híbridos, não convencionais, e que afetam todos os Estados-Membros da União Europeia, situação que foi referida também no anterior Conselho Europeu e foi, aliás, assinalada pelo Sr. Primeiro-Ministro no *debrief* do Conselho Europeu de dezembro.

Portanto, perante todas estas circunstâncias, pode dizer-se que é totalmente compreensível este reforço da política de defesa que a União Europeia está a fazer, e Portugal acompanhará dentro das suas responsabilidades esta política.

Para responder à sua pergunta, que acho também muito relevante, sobre se isto compromete as restantes políticas do Governo, e concordando inteiramente com o que disse o Sr. Ministro das Finanças, eu argumentaria sucintamente os seguintes pontos.

Em primeiro lugar, uma economia que cresce é uma economia que pode ter mais despesa em geral, em vários setores da economia, em que é mais fácil gastar, enfim, fazer a despesa nas áreas que consideramos prioritárias, sem que isso comprometa outras áreas que também são prioritárias. Portanto, numa economia a crescer, não existe um jogo de soma nula, não é? Num jogo de soma nula, em que está tudo estagnado, para fazer crescer um lado é preciso reduzir o outro. Não é o caso e, portanto, isso não deve ser uma preocupação.

Mas acrescentaria outra coisa: uma parte da despesa em instrumentos de segurança e de defesa tem várias utilizações, podemos pensar que vários aspetos das infraestruturas podem ter utilizações civis e militares, há um montante considerável de despesa que pode ser feita que tem utilizações para outros âmbitos. Isto é também verdade no caso da investigação, por isso, na minha perspetiva, não vejo que isto seja um problema.

Para falar sobre a competitividade, que é um tema também muito relevante, gostaria, e agradecendo as perguntas do Sr. Deputado Ricardo Carvalho, de referir aqui dois ou três pontos.

Começo por dizer que o debate sobre a competitividade sempre teve um grande ímpeto, ou deveria ter tido, mas teve um grande ímpeto nos últimos anos, em particular com os relatórios Letta e Draghi, porque, de facto, se tornou óbvio uma coisa que não aconteceu durante muitos anos. É que há uma diferença muito grande no rendimento *per capita* das famílias que vivem na Europa face, por exemplo, às famílias que vivem nos Estados Unidos. Há uma divergência muito grande no PIB *per capita*, comparados ao mesmo poder de compra.

Perante esta situação, a União Europeia, e é uma constatação que também fazíamos em Portugal, e que fazia o Governo, não pode senão deixar de concluir que esta situação tem de mudar, porque tem impactos sobre imensos fatores, incluindo sobre a capacidade que a Europa tem de reter as pessoas. Temos, na Europa e em Portugal, um problema demográfico no sentido em que temos muitas emigrações e temos taxas de natalidade baixas. Temos a grande vantagem de as pessoas viverem mais anos — isso é uma grande vantagem —, mas também é verdade que precisamos de pessoas em idade de trabalhar e de pessoas mais jovens.

Portanto, a competitividade é importante para muitas coisas, para o nosso papel no mundo, para aumentar a prosperidade das pessoas, das famílias; é importante para que as empresas possam crescer e criar emprego; é importante para a demografia, para atrair pessoas competentes. Por todos estes motivos, é fundamental, na nossa perspetiva, que este debate tenha acontecido.

Aliás, diria que é um facto que a Comissão Europeia olhou muito para esta questão da competitividade e eu remeteria, de novo, para as prioridades do Governo português, reveladas em setembro numa carta enviada à Presidente da Comissão Europeia, que também tomavam a competitividade como um fator crucial para a prosperidade europeia.

Por todos estes fatores, e agradecendo as suas perguntas, diria, de uma forma muito sucinta, que sobre o mercado único a posição de Portugal é que deve haver um aprofundamento na área dos serviços. Não só nos serviços, mas também nos bens, onde existem muitas barreiras.

Até lhe digo que acho que há o ressurgimento de algumas barreiras, em certos aspetos, como o *labelling* de produtos, e que faz todo o sentido haver um maior empenho em reduzir as barreiras do mercado único, em particular dos serviços e dos serviços financeiros. Penso que a presidência polaca está muito empenhada neste tema.

Sobre as questões de investimentos, clima e competitividade tem sido possível combinar os três investimentos através de indústrias e empresas que têm projetos, que são ambientalmente favoráveis, de digitalização — muitas vezes, os dois vão em conjunto — e transformá-los em projetos de competitividade e produtividade. Acho que é uma política que tem funcionado e que penso que continuará a funcionar.

Por fim, sobre a dimensão social, não queria deixar de dizer isto: a presidência polaca fala muito sobre a competitividade, sobre a produtividade e sobre a defesa, mas não esquece a dimensão social. Por sinal, neste caso, Portugal também está muito empenhado em fazer, juntamente com a presidência polaca, o Fórum Social do Porto, que resulta de um compromisso que já existe há dois ou três anos e que será para avançar. Acho que a Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social até já o anunciou, portanto posso perfeitamente dizer aqui que é uma iniciativa que é para continuar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para iniciar o grupo de questões do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Mendes Godinho.

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, Caras e Caros Deputados, é evidente que a Europa e o mundo vivem mesmo tempos de enorme incerteza e de preocupação, como, aliás, todos aqui constatámos.

Mas são tempos que exigem mesmo uma capacidade de intervenção de Portugal e da União Europeia à semelhança do que aconteceu durante a pandemia.

São tempos de insegurança e de incerteza que têm de ter respostas concretas, de confiança e de união.

Sr.^a Secretária de Estado, sabemos todos pela história — e lembremo-nos — o que acontece quando se incentiva a segregação e o divisionismo, quando se criam e incentivam sentimentos e percepções de medo. Sabemos pela história o que acontece quando se criam bodes expiatórios para os males do mundo para desviar a atenção da incapacidade de resolver os problemas concretos e reais, diários, das pessoas na saúde, na habitação, na proteção social e na proteção do emprego.

A presidência polaca é, por isso, muito certa quando mobiliza todos os países europeus para se unirem em torno da defesa da Europa e quando apela ao espírito da Cimeira Social do Porto de 2021, o espírito com a marca de Portugal no momento mais exigente da Europa neste século.

Na Cimeira Social do Porto, os líderes europeus assumiram a uma voz, pela primeira vez, que a resposta à incerteza se faz com base na confiança e na união de todos. Foi este espírito de resposta conjunta que, aliás, deu origem ao PRR.

Sr.^a Secretária de Estado, seja mesmo veículo desta mensagem: é com união que se combatem os inimigos da paz; é com investimento social, nas pessoas e na defesa dos valores da Europa, que a competitividade e a segurança se constroem.

Sr.^a Secretária de Estado, o que teria acontecido à Europa, a Portugal, se a resposta à pandemia tivesse sido construir narrativas de insegurança? Se a resposta à pandemia fosse dizer que o mercado funciona sozinho e «paciência, não temos respostas para o desemprego»? O que teria acontecido a Portugal se se tivesse gerido a pandemia com base nas percepções e na gestão dos cliques e dos *soundbites* que dão mais *likes*?

Não nos esqueçamos das lições das grandes guerras mundiais e da história recente da pandemia. É por isso que as prioridades da presidência polaca são mesmo essenciais no momento que vivemos. Foco numa Europa unida, segura e próspera, foco na defesa da democracia, foco em reafirmar o espírito da Cimeira Social do Porto.

Tenho quatro perguntas muito concretas.

Na sequência da Cimeira Social do Porto disse, e bem, que Portugal vai ter um papel muito importante com o Fórum Social do Porto. Quais vão ser as prioridades sociais do Governo português?

O Governo português já mobilizou algum instrumento de financiamento europeu para apoiar as empresas que, neste momento, estão em dificuldades e para apoiar o emprego?

O Governo português garante que não vão ser desviados e retirados financiamentos ao desenvolvimento regional e ao investimento social?

Qual a posição do Governo português quanto ao escudo democrático na Europa que está a ser desenhado pela Comissão Europeia para combater a desinformação no contexto em que vivemos?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lia Ferreira, do Partido Socialista, que dispõe de 4 minutos e 27 segundos.

A Sr.^a **Lia Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. e Sr.^a Secretária de Estado, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, o projeto da União Europeia assenta na paz, prosperidade, cooperação e solidariedade, e Mário Soares percebeu muito rapidamente a importância deste projeto.

Atualmente, a invasão pela Rússia do solo ucraniano, a Leste da Europa, desafia a paz global. Neste ponto, apelamos ao Governo que, além de continuar, reforce os apoios de Portugal à Ucrânia.

O conflito no Médio Oriente instalou uma crise humanitária histórica. Estes conflitos e a aliança entre a Rússia e a Coreia do Norte colocam a Europa numa posição de defesa dos seus valores fundamentais. À exceção de movimentos extremistas de extrema-direita, que, sustentados por discursos polarizadores que ameaçam o projeto europeu e Portugal, são um grande problema.

O quadro agrava-se com as narrativas protecionistas de Donald Trump, que ambiciona dominar território externo e explorar recursos para agravar a concorrência dos mercados na tecnologia e energias renováveis.

A União Europeia enfrenta, assim, desafios internos e externos muito grandes, muito exigentes, que exigem, precisamente, uma afirmação estratégica e geopolítica. Indo ao encontro das prioridades definidas pela estratégia europeia 2024-2029 e por este trio, é necessário reforçar a defesa e a segurança, mas sem instrumentalizar os serviços, nomeadamente as forças de segurança.

É necessário reindustrializar a Europa para elevar a sua capacidade de autonomia estratégica e, obviamente, competitividade, mas é muito importante que esta competitividade não se sobreponha aos compromissos com apoios sociais.

É importante robustecer, assim, o modelo social europeu, que já tem vindo a ser muito ameaçado pelas políticas neoliberais que afetam, nomeadamente, o mercado da habitação, e Portugal não foge a esta ameaça.

Sr.^a Secretária de Estado, pergunto: no âmbito das políticas definidas pelo novo trio relativamente ao alargamento da União Europeia, que parceiros estratégicos irá Portugal identificar? Que propostas irá o Governo apresentar no Conselho Europeu para a correção das políticas europeias na habitação e do trabalho que tem feito recentemente em solo português?

Esta é uma das áreas que evidencia claramente a eficácia do Governo em vitimizar-se, em instrumentalizar serviços e a total ineficácia na governação refletidas no desenho de implementação de políticas públicas.

Por isso mesmo, Sr.^a Secretária de Estado, relativamente ao ordenamento do território, gostaria de perceber se o Governo está disponível para apresentar em Conselho Europeu de forma a promover uma política mais responsável de ordenamento do território para o espaço europeu. Falo de uma que incentive, nomeadamente, financiamento para corrigir práticas desadequadas ao longo de anos e que agora estão a assolar os Estados-Membros, que são muito ameaçados pela má política de solos que foi utilizada e que agora se vê com consequências muito diretas nas alterações climáticas.

Relativamente às questões energéticas, pergunto se o Governo está disponível para propor e aplicar a reindustrialização estratégica da Europa, que é fundamental, orientada para a diversificação energética e para a autonomia tecnológica que a Europa tem de ter, reforçando sempre o seu compromisso de equilíbrio social.

Por fim, no âmbito das tensões transatlânticas, como se está a preparar o Governo para reforçar os seus laços diplomáticos e económicos com os Estados Unidos e com a Mercosul (Mercado Comum do Sul) e simultaneamente proteger os interesses nacionais das eventuais tarifas impostas pelos Estados Unidos da América?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, para responder às perguntas que me foram colocadas, começaria por referir a intervenção da Sr.^a Deputada Ana Mendes Godinho sobre o Fórum Social do Porto.

De facto, e muito rapidamente, quando tomou posse, o novo Governo assumiu como seu este Fórum Social do Porto. É uma iniciativa que é para continuar por vários motivos, porque, obviamente, concordamos em substância com o modelo. E apesar de — e também devemos ser claros — a área social ser da competência dos Estados-Membros, acreditamos que a Europa beneficia se puder ter uma coordenação maior que permita trocar experiências e negociar fundos para estas áreas.

Por todos estes motivos e por motivos que a Sr.^a Ministra do Trabalho explicaria, seguramente, muito melhor do que eu, consideramos que o Fórum Social do Porto tem um papel importante no quadro da presidência polaca.

Por esse motivo, muito rapidamente, a nível de Governo e da nossa rede diplomática, quando começámos a ter uma conversa mais próxima, neste trio de presidências, com a agora presidência polaca, mesmo antes de janeiro, falámos imediatamente com eles no sentido de fazer esta iniciativa no Porto. Isso foi muito bem acolhido pela presidência polaca, pelo que acredito que vai ser um momento importante para a presidência e, naturalmente, para Portugal também.

Por estes motivos, concordo inteiramente com a sua intervenção. Para responder às perguntas que depois me colocou, e espero ter apanhado todas, como sabe a Sr.^a Deputada muito bem, no que diz respeito ao financiamento europeu de algumas políticas de âmbito social, existem vários instrumentos na União Europeia. Alguns desses são o PRR, outros são fundos do quadro financeiro plurianual, que também servem para financiar essa despesa, e o Governo português tem usado todos os instrumentos e fundos europeus que tem ao seu dispor, como sabem, com a maior rapidez possível, em particular no caso do PRR, porque tinha uma execução muito baixa, para fazer chegar o dinheiro às pessoas e às empresas.

É importante também referir que, no que diz respeito à questão da resposta aos fogos em Portugal, houve um esforço específico e especial do Governo português para fazer uma alteração na categorização de fundos europeus existentes para poder haver um maior apoio aos resultados dos incêndios, pelo que Portugal tem tido uma política ativa para implementar os fundos disponíveis para as despesas no âmbito social.

A Sr.^a Deputada falou, e bem, sobre o escudo democrático que está a ser estudado. Saberá seguramente que Portugal está dentro dos países europeus que são chamados «amigos do Estado de direito».

Podíamos acreditar que todos são, mas se calhar há uns que são mais do que outros, e Portugal está, e sempre esteve, na linha da frente da defesa do Estado de direito.

Por isso, temos, naturalmente, interesse em conhecer exatamente quais serão as medidas, mas é uma área em que vemos com agrado que exista uma política mais intensa no sentido de defender o Estado de direito e tudo o que está associado ao reforço das democracias.

A este respeito, gostava de dizer que a nível nacional existe uma política para os *media*, como sabem, que procura, precisamente, reforçar outros aspetos da democracia. Enfim, diria que temos uma política que, tanto a nível nacional como no apoio às políticas europeias, está alinhada com a Presidência polaca, está alinhada com a Comissão Europeia, com a maioria das instituições da União Europeia e com a larga maioria dos países da União Europeia.

Depois, puseram-me uma questão sobre o alargamento. Agradecendo esta questão, aproveito a oportunidade para referir que Portugal, e este Governo em particular, defende o alargamento por vários motivos. Primeiro porque, na nossa perspetiva, é um imperativo não só económico, como geoestratégico, do ponto de vista da relevância da União Europeia no mundo. Além disso, é um benefício para os candidatos, até no que diz respeito ao próprio processo de reformas que têm de fazer para entrarem dentro da União Europeia, sendo, portanto, um processo que ajuda os países a serem mais resilientes. Depois, uma vez que entram, o mercado interno é maior, a União Europeia fica maior e mais forte. Por conseguinte, somos muito favoráveis ao alargamento.

Isto não quer dizer que não sejamos conscientes. Defendemos que os países candidatos têm de realizar as reformas, pelo que uma entrada na União Europeia deve corresponder ao mérito do próprio candidato pelas reformas que realiza.

Estamos também conscientes de que a União Europeia precisa de fazer reformas no seu próprio processo de decisão — como aliás foi referido pelo Sr. Primeiro-Ministro na sequência do Conselho Europeu —, reformas essas que poderão permitir-nos acolher novos Estados e continuar a tomar decisões de forma razoavelmente eficiente.

Portanto, essas reformas internas são necessárias, mas não devem servir de desculpa para atrasar a entrada dos candidatos que estejam preparados. De facto, é preciso as duas coisas: precisamos de reformas internas e precisamos que os candidatos tenham, pelos seus próprios méritos, realizado reformas que, na nossa opinião, também os beneficiam.

Quanto ao debate do ordenamento do território, francamente, não é uma competência da União Europeia. Julgo que já houve esta tarde um debate muito prolongado sobre as questões relacionadas com a lei dos solos — penso que será a isso que a Sr.^a Deputada se estará a referir —, pelo que, neste caso, remeto-a para o debate anterior.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, pelo Grupo Parlamentar do Chega, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Europa Segura, o lema da Presidência polaca, é um objetivo que não parecia tão distante desde que o comunismo desapareceu, o Pacto de Varsóvia implodiu e a liberdade avançou.

Agora, fazer a Europa segura voltou a ser um teste de visão, capacidade, vontade e verdade.

Para manter a Europa segura e livre, alça o Sr. Donald Tusk da prioridade da promoção dos valores europeus e da defesa de valores fundamentais, como a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito.

Os europeus estariam muito mais tranquilos se Tusk praticasse em casa os valores que proclama na Europa. Poucos dias se passaram desde que o Sr. Tusk anunciou que o seu Governo bloquearia o pagamento das subvenções devidas ao principal partido da oposição pelas últimas eleições legislativas.

O Primeiro-Ministro, que se apresenta perante a Europa como paladino do liberalismo, não se exime de recorrer às medidas mais iliberais, se lhe for politicamente conveniente. Hoje, pela primeira vez na história da democracia daquele país, a Polónia exporta refugiados políticos, a comunicação social sofre purgas e rusgas policiais e a Procuradoria-Geral foi tomada de assalto e convertida em arma de poder.

Um dos lemas históricos da Polónia é: «pela nossa liberdade e pela vossa». Bonitas palavras. Porém, pela nossa liberdade e pela dos europeus, gostaríamos de ter uma garantia explícita de que Portugal rejeitará qualquer «regeneralização» europeia destas práticas.

Assim, pergunto-lhe: irá o Sr. Primeiro-Ministro inquirir Tusk — que, recorde, é membro da mesma família europeia do PSD e do CDS — sobre o que de facto se está a passar no seu próprio país nessas matérias? É que os indícios são todos de que há efetiva perseguição política, nomeadamente a membros do anterior Governo.

Outro tema que necessariamente preocupará a Europa é a Síria. A bacia do Mediterrâneo incluía já a Líbia como um Estado falhado. Agora, tudo indica que poderá vir a ter na Síria mais um. Em ambos os casos, ditaduras cruéis que abriram o caminho à pior barbárie islamista do Estado Islâmico e outros gangues semelhantes. Ambos se tornaram brechas abertas nos nossos muros, permitindo uma enorme invasão migratória.

A história não será clemente com os líderes europeus que viram terroristas de fato e gravata e os confundiram com democratas inofensivos. A talibanização da Síria poderá estar à porta, e a Síria é uma porta para a Europa. A Europa segura que queremos também se joga na Síria.

Os portugueses e os restantes europeus não querem mais marés migratórias, não querem viver com o medo de que, nos seus bairros, possam viver jihadistas encharcados em sangue de inocentes.

Esperamos que o Sr. Tusk o tenha compreendido e esperamos que o Sr. Primeiro-Ministro de Portugal tenha a coragem de o confrontar sobre esta matéria.

Por isso, Sr.^a Secretária de Estado, pergunto frontalmente: sabe se o tenciona fazer?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra, para formular perguntas, ao Sr. Deputado António Pinto Pereira

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Srs. Deputados, o lema da Presidência polaca do Conselho da União é «Segurança, Europa».

Esta semana, o novo Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, disse, e cito, que «a Rússia produz tantas armas em três meses quanto toda a NATO num ano inteiro». Por isso, disse ainda que os aliados «ou gastam mais na defesa ou começam a aprender a falar russo».

António Costa considerou esta semana que a Europa, a NATO e o Reino Unido têm «um interesse comum» na área da defesa. A NATO dispõe de poucas forças permanentes próprias, e a participação no pagamento das despesas é pesada.

O novo Presidente dos Estados Unidos incentivou a Europa a assumir as suas despesas em defesa e a subir a participação da NATO até aos 5 % do PIB nacional.

Portugal é um dos poucos países devedores da NATO, colocando-se vergonhosamente sempre abaixo dos 2 %.

O Governo a que pertence V. Ex.^a prevê investir 1,15 % do PIB no ano corrente, o que é apenas mais 0,08 % do valor do ano anterior, porque inclui gastos com a GNR (Guarda Nacional Republicana) e as pensões dos militares.

Só que o verdadeiro investimento português em defesa constitui metade do que é oficialmente reportado à Aliança Atlântica.

O problema reside exatamente na credibilidade dos números: no ano passado, o orçamento executado do Ministério da Defesa foi de 2,3 mil milhões, o que corresponde a 0,85 % do PIB, embora nas tabelas oficiais da Aliança estejam contabilizados 4,2 mil milhões, o que é 1,55 % do PIB. «Engenharia financeira», «uma falácia», «contabilidade criativa», dizem alguns militares.

Em 2023, Portugal aparece como o 4.º pior país no investimento em equipamentos militares, e o Governo a que pertence V. Ex.^a não consegue mais do que atingir o objetivo dos 2 %, só em 2029, no que parece que foi o maior feito deste Governo na matéria de defesa: reduzir um ano no pagamento de uma dívida internacional antiga.

Mas não é aceitável. E não é aceitável porque a defesa do espaço português tem tanta importância como a defesa de qualquer outra parte do território europeu.

Daí a pergunta: o que pensa o Governo fazer sobre o tema da segurança na Europa?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus. Dispõe de 6 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Dias, começou por falar sobre uma alegada situação da Polónia e eu, em primeiro lugar, devo dizer-lhe que não comento a política interna de Estados estrangeiros, em geral, e da União Europeia, em particular. Mas vou dizer-lhe outra coisa: com o atual Governo, a Polónia saiu do procedimento do artigo 7.º do Tratado da União Europeia, precisamente porque começou a respeitar as regras do Estado de direito. Segundo a avaliação que foi feita pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros e pelo Conselho Europeu, a Polónia saiu finalmente do artigo 7.º, que implica sanções por falta de respeito ao Estado de direito.

Portanto, repito, não vou comentar política interna, mas posso dizer-lhe que, neste momento, a Polónia não é uma preocupação no que diz respeito às regras democráticas e ao Estado de direito.

Falou o Sr. Deputado também sobre a questão da Síria. Em relação a este ponto, gostaria de assinalar alguns pontos que me parecem relevantes.

Em primeiro lugar, Portugal continua a acompanhar, com os restantes Estados-Membros, os desenvolvimentos na Síria. A situação é recente e ainda instável, por isso vamos acompanhando, em estreita coordenação com os nossos parceiros da União Europeia.

Como saberá, o Sr. Ministro tem reiterado sistematicamente que apoia uma transição de poder ordeira e pacífica, que seja assente num diálogo inclusivo, nos princípios dos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e, o que é muito importante, no respeito pela integridade territorial da Síria, em linha com os princípios da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cumpr-me também indicar — e os Srs. Deputados terão possivelmente visto isto — que a União Europeia tem mantido um diálogo próximo e estabeleceu canais de diálogo. Em particular, gostaria de destacar a visita a Damasco dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e de França, que foram, em representação da Alta Representante da União Europeia e a seu pedido, transmitir os princípios fundamentais que a União Europeia considera que devem ser cumpridos nesta transição de poder.

Respondendo agora às questões do Sr. Deputado António Pinto Pereira, que diz que Portugal se encontra ainda muito longe da meta dos 2 % no que diz respeito aos objetivos da NATO, queria recordar ao Sr. Deputado que a situação que encontramos era muito diferente daquela em que nos encontramos agora. Se bem se recorda, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou que ia trazer ainda mais para a frente esse prazo. Ou seja, estava previsto que Portugal atingisse o objetivo de 2 % depois de 2019. Neste momento, graças a um reforço na despesa de defesa, será possível atingir esse objetivo em 2029. Isso é devido ao esforço que o Governo fez, incluindo-o no Orçamento do Estado para aumentar e reforçar as despesas em defesa.

O Sr. Deputado falou ainda sobre questões de contabilização, e eu gostava de deixar aqui um ponto muito claro. O que o Sr. Deputado diz não é a realidade. A realidade é que a contabilização que Portugal faz das suas

despesas em defesa não é diferente — diria até que é mais para lá de conservador — do que acontece em muitos Estados.

Deste modo, o que lhe quero dizer é que a forma como contabilizamos as despesas está perfeitamente alinhada com os restantes países da NATO. Temos feito um esforço significativo para aumentar a nossa despesa em defesa, porque é importante aumentar a despesa em defesa para Portugal e para o resto da União Europeia, porque queremos contribuir com os objetivos para a NATO, porque somos solidários com os países que se encontram em guerra fora da União Europeia e também com os Estados-Membros da União Europeia que estão na fronteira da guerra. Por todos esses motivos, tenho a dizer-lhe que Portugal tem tido um comportamento, aliás, exemplar e que é reconhecido por todos os países.

Nós vivemos durante muitos anos debaixo de um aperto financeiro considerável e agora, que finalmente estamos numa posição em que temos mais crescimento e uma maior estabilidade macroeconómica, incluindo do ponto de vista financeiro, a nossa despesa em defesa permite-nos conseguir fazer um investimento que, vou-lhe dizer com toda a franqueza, nenhum outro Governo fez antes de nós. Estamos a acelerar significativamente a despesa em defesa.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 4 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Secretária de Estado e o Sr. Secretário de Estado.

A Presidência polaca, felizmente, não caiu na armadilha em que muitos têm caído de serem amigos do regime russo, e isso vê-se, como já disse, na principal prioridade da Presidência, que é a segurança e defesa do espaço europeu e da democracia europeia face às ameaças externas.

Para além da defesa desses valores principais — da liberdade, da democracia, do Estado de direito — é também de destacar, como já foi aqui referido, o reforço da cooperação com a NATO e esse investimento em defesa.

Eu queria perguntar-lhe, relativamente a esses investimentos — eu imagino que o Governo concorde, mas ainda não pude observar nenhuma opinião sobre os mesmos —, nomeadamente os apoios mencionados no programa da Presidência sobre as infraestruturas do East Shield e da Baltic Defense Line, essas infraestruturas instaladas naquela região junto à fronteira com a Rússia, se o Governo acompanha estas iniciativas.

Depois, outra das prioridades da Presidência é garantir que o espaço Schengen funciona corretamente e que as entradas e saídas funcionam corretamente. Nesse âmbito, nós sabemos que, no início do ano, a implementação dos sistemas de controlo de fronteira, sobretudo o sistema de entrada e saída, estava muito atrasada e que, do pouco que foi noticiado, o Governo estaria a recuperar esse atraso. Assim, pergunto-lhe como é que está esse processo e quando é que entrará em vigor e será implementado este sistema.

Em relação à parte da competitividade, não me vou estar a repetir. Muito da intervenção que foi feita pelo Grupo Parlamentar do PSD vem no seguimento, e nós concordamos e é aquilo que também temos dito nestes debates, em relação à necessidade de a Europa cortar na burocracia e avançar face à competição, sobretudo com os outros dois blocos, pois estamos a ficar muito para trás. O Sr. Primeiro-Ministro tem dito que no Conselho Europeu tem puxado por isso e, confiante na palavra do Sr. Primeiro-Ministro — não estando lá eu nem a Sr.^a Secretária de Estado —, espero que isso esteja a acontecer.

Por outro lado, ontem fiz-lhe uma pergunta sobre um projeto europeu específico, em Moçambique. A Sr.^a Secretária de Estado fugiu para projetos europeus de desenvolvimento e humanitários,...

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Não!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... mas era sobre um projeto europeu militar, na área da defesa, pelo que queria voltar a perguntar-lhe.

Fugiu um pouco, mas, se quiser, posso usar outro verbo.

Com efeito, há um projeto específico, com financiamento europeu, de apoio militar em equipamento e formação em Cabo Delgado. Um desses batalhões foi visto em Maputo, e o que eu lhe quero perguntar é se aceitamos ter dinheiro europeu — eu diria desvirtuado ou, de alguma forma, desviado —, que deveria ser

dinheiro de um projeto de apoio militar e de formação, a ser usado como forma de repressão do povo moçambicano. O que é que Portugal tem a dizer sobre isso nas instituições europeias?

Por último, queria fazer uma nota final relativamente à intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que se falava do problema da habitação e das políticas neoliberais em Portugal, mencionando três pontos rápidos.

Primeiro, gostava de perguntar se nos últimos oito anos houve algum Governo neoliberal em Portugal.

Risos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Depois, relativamente aos últimos 110 anos, em que tivemos uma política de congelamento de rendas e, hoje, que temos 150 000 rendas congeladas,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... também queria perguntar se é uma política neoliberal.

Já agora, também queria perguntar se 40 % de impostos no custo da construção de uma casa é uma política neoliberal.

Eu sei que a Sr.^a Secretária de Estado é uma pessoa bem informada e acho que a resposta é óbvia, mas ficarei à espera, porque tudo isto não é liberal, tudo isto é socialista.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado, dispondo de 4 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas suas questões.

Relativamente à pergunta que me fez, sobre o reforço da cooperação na NATO e sobre se Portugal apoia as iniciativas que têm sido feitas em vários países, naturalmente que Portugal contribui sempre, dentro do quadro da União Europeia, para aquilo que nos é pedido em termos de despesas de defesa.

Na realidade, a defesa é uma competência dos Estados-Membros, como sabe o Sr. Deputado muito bem. No entanto, tudo o que sejam, enfim, contributos para programas — os mais óbvios e naturais e os que têm sido mais falados são os programas de apoio à Ucrânia, em particular no âmbito da defesa —, Portugal dá sempre o seu contributo dentro do que é a sua chave de rendimento nacional bruto. E, naturalmente, acompanha as preocupações que vários Estados-Membros têm demonstrado com o que tem acontecido, com posturas e ataques menos tradicionais aos próprios Estados-Membros por parte de atores externos.

A política de defesa é nacional. Para além de todos concordarmos em aumentar a despesa em defesa e em participar em programas — eu, ontem, tive aqui a oportunidade de referir vários dos programas nos quais Portugal participa, como o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, por exemplo —, uma parte da política da União Europeia, no âmbito da defesa, vai ser dedicada à política industrial de defesa, e tem sido isso a que a Comissão Europeia tem feito mais referência, em particular. Será provavelmente mais detalhado agora, quando o Comissário apresentar as suas propostas.

Com isto queria-lhe dizer que acompanhamos com preocupação os ataques híbridos a outros Estados-Membros, incluindo, também, na Ucrânia. Portanto, Portugal acompanha isso com preocupação, seguramente.

Sobre a questão específica que me pôs, de Moçambique, eu não queria fugir. Provavelmente foi uma falta de compreensão da minha parte e, depois, o Sr. Deputado, entretanto, enfim, como é natural, teve de sair, e já não tivemos oportunidade de falar.

Eu queria-lhe dizer, de forma muito clara, que nós não temos, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nenhum fundamento para esses rumores. Parece que se trata de rumores, não temos nenhum fundamento para acreditar que isso seja verdade e também não temos nenhuma evidência de que poderia afetar a missão da União Europeia em Moçambique ou levar à suspensão do apoio da União Europeia às Forças Armadas do Ruanda, que estão presentes, como disse o Sr. Deputado, em Cabo Delgado.

Como sabe, a situação em Cabo Delgado permanece muito instável. Portugal tem-se batido, e continua a bater-se, pelo prolongamento da missão de treino militar da União Europeia em Moçambique. Tenho também a dizer que o comandante dessa missão continuará a ser português e que mais de metade do pessoal no terreno também continuará a ser português.

Sobre o problema da habitação e sobre se alguma vez houve um Governo neoliberal, eu vou deixar o Sr. Deputado responder.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda, dispondo de 3 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, queríamos colocar duas questões prévias que, apesar de tudo, nos parecem relevantes no contexto do debate europeu atual.

A primeira questão tem a ver com o Presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump — aliás, apoiado pelo Chega, pois o Deputado André Ventura vai à tomada de posse de Donald Trump —, que pode vir a deportar milhares de cidadãos portugueses.

Protestos do CH.

Só no condado de Bristol são mais de 1000 os portugueses, na sua larga maioria açorianos, que podem vir a ser expulsos. Estamos a falar, na verdade, de muitas pessoas que se limitam a estar em situação de renovação de passaporte e que têm, na verdade, toda a sua vida organizada nos Estados Unidos. Portanto, queria-lhe perguntar que medidas é que o Governo está a tomar, nomeadamente no quadro da Presidência polaca, para garantirmos que tanto a diplomacia portuguesa como a europeia se articulam para impedir os planos de deportação de Trump, para que não se expulsem milhares de portugueses dos Estados Unidos.

Estando a comunidade portuguesa a ser alvo desta política, não é compreensível, não é admissível que, por estes dias, a única coisa que ouvimos do Ministro dos Negócios Estrangeiros seja o exaltar das excelentes relações com os Estados Unidos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — A segunda nota prévia também tem a ver com os Estados Unidos: como é que encaram a possibilidade de uma potência militar como os Estados Unidos ameaçar ocupar um território da União Europeia, como é o caso da Gronelândia, na região autónoma da Dinamarca, em clara violação do direito internacional?

Já vários chefes de Governo da União Europeia criticaram estas pretensões de Donald Trump, mas do Governo português ainda não se ouviu uma palavra. Pergunta-se: fica o Governo, novamente, apenas pela exaltação das excelentes relações com os Estados Unidos ou vai, pelo contrário, tomar alguma posição?

Sobre a Presidência do Conselho da União, da Polónia, além das violações do Estado de direito deste país, que lhe valeu sanções de 2017 a 2024, há outra preocupação que se levanta. A prioridade patente no *slogan* «Segurança, Europa!» é aumentar a escalada armamentista, como se daí viesse alguma resolução de algum conflito militar. Aliás, é preocupante e está a levar as economias europeias por um caminho errado, armamentista, que não vai garantir a paz no mundo.

Já percebemos, ao longo deste debate de hoje, que essa é também uma prioridade do Governo português, e queria dizer, desde já, que consideramos que é errada esta prioridade.

Também o dito «controlo da imigração» é, segundo os documentos existentes, uma prioridade para a Presidência polaca. Em outubro de 2024, a Polónia anunciou a intenção de suspender o direito de asilo, mas o mais chocante nesta situação foi mesmo que a União Europeia tenha aprovado essa mesma medida, em flagrante violação dos direitos humanos fundamentais. Esta perseguição aos refugiados, às pessoas em movimento, reforça e valoriza, na verdade, a narrativa da extrema-direita, mas não respeita nenhuma das convenções às quais os Estados da União Europeia estão obrigados, nomeadamente o Governo português.

Portanto, a questão aqui é a de saber se o Governo português acompanha ou não esta linha polaca, que é, na verdade, contrária aos mais básicos direitos humanos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, vou então responder a estas questões.

Sobre o Presidente Donald Trump, não temos indicação nenhuma de que, neste momento, a administração americana pretenda, enfim, expulsar cidadãos portugueses.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É só na sua cabeça, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — O Governo regional está muito preocupado!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — E, portanto, não havendo nenhuma indicação, não faz sentido entrar neste debate.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E os da Venezuela, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — O que lhe posso dizer é repetir o que tem dito o Sr. Ministro, é exaltar, de facto, uma relação positiva que temos e que desejamos manter com os Estados Unidos,...

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires e contraprotestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... em particular também para defender, precisamente, os cidadãos portugueses e lusodescendentes que se encontram nos Estados Unidos, por todos os motivos: porque temos uma proximidade, porque temos ali uma parte da população portuguesa e de lusodescendentes considerável, porque sempre temos tido relações diplomáticas e económicas positivas, e isso não tem mudado com os Governos. Este é um facto das relações entre Estados e é, enfim, um facto que pretendemos manter.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e contraprotestos da Deputada do BE Isabel Pires.

Sobre a Polónia, diz a Sr.^a Deputada que consideram a despesa em defesa errada. Então, neste caso, gostaria de realçar dois ou três pontos.

Em primeiro lugar, a despesa em defesa é importante, porque vivemos num mundo que, infelizmente, às portas da Europa, tem uma guerra. Portanto, nesta circunstância, a despesa em defesa é correta, simplesmente na perspectiva de que estamos a viver uma tensão internacional muito grande e temos uma guerra à nossa porta. Só por isso, o aumento da despesa em defesa é importante.

Mas eu diria mais. Eu diria que a despesa em defesa tem aplicações diferentes. Eu já disse há bocado à Sr.^a Deputada Regina Bastos, que me colocou esta questão, que há vários investimentos em infraestruturas, em investigação, que têm aplicações importantíssimas na defesa e têm aplicações importantíssimas para as empresas, ou, simplesmente, para a sociedade, pois têm aplicações civis muito relevantes. Por isso, enfim, neste caso, discordaremos seguramente sempre, mas a realidade, para nós, é que a despesa em defesa é importante para a própria defesa, e não só. E, portanto, permita-me discordar da Sr.^a Deputada.

Finalmente, sobre o controlo da imigração, eu diria que a posição do Governo português sobre a imigração é conhecida, pois tivemos vários debates aqui, incluindo com o Sr. Primeiro-Ministro, sobre a imigração. Houve um Conselho Europeu, há uns meses, em que se referiu muito este tópico, em particular, e o Sr. Primeiro-Ministro, na sequência desse Conselho Europeu, até fez uma longa intervenção sobre o tema das migrações.

A política portuguesa é conhecida e muito clara e, portanto, é uma porta aberta. Aliás, devo dizer, como disse ontem, que Portugal esteve muito empenhado em incluir, nas conclusões do Conselho Europeu, uma conclusão sobre a necessidade de haver vias legais para a migração para a União Europeia. Portanto, é sobejamente conhecido.

No entanto, também lhe devo dizer que a situação não é igual em todos os países. O facto é que tem sido relatado, pela Polónia, a instrumentalização de migrantes para fins que não são humanitários. Por isso mesmo, a posição da Polónia é diferente, nós compreendemos, pois tem uma política interna correspondente àquela de que precisa para fazer face às ameaças que tem...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, iniciou-se uma nova Presidência da União Europeia sem que haja uma palavra sobre os problemas que afetam os povos. Mais uma vez, o combate às desigualdades, às injustiças, à pobreza, a justa distribuição da riqueza, os direitos sociais, não constam das prioridades da Presidência polaca.

A Presidência polaca prossegue velhas opções que são contrárias aos interesses dos trabalhadores e dos povos e só beneficiam os grupos económicos. Elege a segurança para ocultar o aprofundamento do militarismo e da guerra. Aliás, o destaque é dado à corrida aos armamentos, ao aumento da capacidade de produção, ao aumento das despesas militares, para favorecer o negócio de milhões da indústria do armamento, o que só trará mais guerra, destruição e sofrimento.

Discordamos frontalmente da perspectiva de cortar nos salários, pensões e serviços públicos para financiar a indústria da guerra e da morte. É que o investimento no armamento não constitui nenhuma vantagem, é antes um risco para a juventude e para a humanidade.

Não acha que é mesmo preciso dar uma oportunidade à paz na Ucrânia, na Palestina, no mundo? Não acha que é preciso pôr fim aos conflitos armados e construir uma solução de paz negociada, que garanta a segurança coletiva na Europa e no mundo? São estes os princípios da nossa Constituição.

A Presidência polaca insiste na política de sanções, cujos impactos pesam sobretudo sobre os trabalhadores e os povos, conduzindo à degradação das suas condições de vida. Sob o chapéu da segurança, dá prioridade a uma política profundamente desumana, de desrespeito pelos direitos dos imigrantes, que fogem da guerra, da fome e da morte e que procuram melhores condições de vida. Ignora as causas da imigração, deixa os imigrantes desprotegidos e expostos às redes de tráfico, à exploração e à violência, consolidando a Europa-fortaleza.

Retenção na fronteira, detenção e retorno são as respostas da União Europeia aos imigrantes, o que contraria todas as disposições internacionais em matéria de direitos humanos. São estes os valores europeus que defendem?

Estes não são valores humanistas. Os valores humanistas passam pela integração social dos imigrantes, pelo respeito pelos seus direitos laborais e sociais, pelo combate ao tráfico de seres humanos e pelo combate às discriminações, ao discurso de ódio e também à instrumentalização das migrações pelos grupos económicos.

A União Europeia não é a resposta aos anseios dos povos. Os povos, tomando os destinos nas suas mãos, não deixarão de lutar contra as injustiças, não deixarão de lutar por uma vida melhor, não deixarão de lutar pela paz.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, muito obrigada pelas suas questões.

Começaria pela sua última observação, de que a UE (União Europeia) não é resposta aos povos. O povo português em geral discorda, porque aprova a participação de Portugal na União Europeia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ninguém lhe perguntou!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portanto, não me vou pronunciar mais sobre isto, mas quis apenas focar esse ponto.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E sobre a distribuição de riqueza, a saúde...?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sobre o que referiu, que a Presidência polaca não fala sobre desigualdade, etc., e sobre as velhas opções, começámos esta sessão precisamente a falar no Fórum Social que terá lugar no Porto, com a participação dos Estados-Membros da União Europeia. Portanto, acho que a sua visão está um bocadinho ultrapassada pelos acontecimentos, mas, enfim, é o que é.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Então, vá lá perguntar aos portugueses!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Depois, não ouvi que a Presidência polaca tivesse dito que queria cortar nos salários e nas pensões para financiar a guerra, não menciona nada sobre isso.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Foi o Secretário-Geral da NATO!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sobre a questão da despesa em defesa, já expliquei de forma muito extensiva porque é que eu acho que ela é importante — por motivos de defesa, mas também por causa de outras aplicações que são importantes do ponto de vista civil —, portanto, também não me esticarei sobre isso.

Sobre a oportunidade à paz, Sr.^a Deputada, naturalmente, preferimos que haja paz e não guerra.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Então, porque é que não trabalham nesse sentido?!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — É completamente verdade, mas a paz tem de ser feita em termos aceitáveis para um país que foi atacado de uma forma ilegal e bárbara.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Nós defendemos a paz!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Lamento imenso que o seu partido e que a Sr.^a Deputada não tenham uma palavra para defender as pessoas que são barbaramente tratadas por esta guerra ilegal da Rússia contra a Ucrânia.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Venha cá para o mês que vem! Esse discurso tem um prazo de validade!

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas ao Governo, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Secretário de Estado e Sr.^a Secretária de Estado, há duas coisas que as pessoas em geral não percebem e que minam a credibilidade da ação política

junto das populações. Uma delas é quando dizemos às pessoas que o mundo mudou e não estamos dispostos a tirar as devidas consequências dessa mudança do mundo — isso aconteceu demasiadas vezes nos últimos anos, desde o início da invasão em larga escala da Ucrânia pela Federação Russa de Vladimir Putin. A outra é quando nos recusamos a encarar que o mundo mudou, para não tirarmos as devidas conclusões.

A Sr.^a Secretária de Estado disse há pouco que a Presidência polaca é uma firme crente na relação transatlântica com os Estados Unidos. Estamos a falar às pessoas como se elas não tivessem visto o futuro Presidente Trump a dizer que quer ficar com um pedaço de território de um Estado-Membro da União Europeia e que não vai excluir o uso da força militar para abocanhar essa parte de um território de um Estado-Membro da União Europeia. Portanto, as pessoas começam a achar que estamos a falar de uma relação transatlântica que não é recíproca, não é mútua. Acreditamos firmemente nela, mas o outro lado não acredita firmemente nessa mesma relação.

Assim, porque não faço o mesmo tipo de comentário que ontem outros partidos fizeram sobre precisarmos de ter aqui o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para discutir estes temas, acreditando que a Sr.^a Secretária de Estado tem exatamente o mesmo mandato para discutir questões estratégicas, gostaria que nos falasse sobre uma questão essencial para o século XXI, que é o acesso ao Ártico, que está vedado à União Europeia, mas que podemos vir a ter através das relações com a Noruega, com a Islândia e com a Gronelândia, via Dinamarca — aliás, a Gronelândia já fez parte da CEE (Comunidade Económica Europeia). Qual é a estratégia do Governo português?

Ontem fiz-lhe uma pergunta muito simples, à qual não obtive resposta. A nossa vizinha Espanha, por exemplo, é membro observador do Conselho Ártico. Vários países, bem longe do Ártico, fazem parte desse Conselho Ártico. Isso já foi considerado pelo nosso Governo ou não?

Um segundo elemento absolutamente essencial para o futuro da União Europeia são os investimentos públicos em setores estratégicos para o nosso futuro. Quais são, de entre esses setores, os que são prioritários para o Governo português? Qual é a resposta?

Em terceiro lugar, queria falar de algo que não teve praticamente menção da sua parte na sua intervenção: o Estado de direito. A Sr.^a Secretária de Estado disse que Portugal esteve na linha da frente da defesa do Estado de direito. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros disse várias vezes que o artigo 7.º deveria ter sido ativado em relação ao Governo húngaro no Conselho, mas ainda não foi. Vai o Governo fazê-lo?

Em último lugar, não podemos fazer de conta que uma eleição na União Europeia não foi invalidada por interferência de redes sociais. Que posição tem o Governo português, num debate que é essencial agora, a nível do Conselho Europeu e a nível da União Europeia, sobre a rede *TikTok* e a regulação de redes sociais em geral na União Europeia?

Gostaria que se pronunciasse sobre estes quatro temas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas suas questões.

Vou começar pela primeira: o Sr. Deputado já me colocou essa questão ontem e, enfim, ainda bem que a coloca aqui outra vez, mas a resposta de hoje não será muito diferente da resposta que lhe dei ontem. Respeitamos a soberania do Reino da Dinamarca, do povo da Gronelândia, e, como Estado-Membro da União Europeia, respeitando a sua soberania, como foi reiterado pelos nossos parceiros dinamarqueses, será o povo da Gronelândia a decidir o seu futuro. Portanto, não lhe posso dizer mais do que isto. É a posição do Governo português e é a minha posição.

O Sr. Deputado referiu-se à questão da posição da Europa no mundo. Ontem também falou disso e da relação transatlântica, com o Ártico, etc. Naturalmente, Portugal é um país que privilegia uma relação transatlântica norte e sul, tanto com o Atlântico Norte, como com o Atlântico Sul.

Aliás, devo dizer-lhe, como o Sr. Deputado sabe muito bem, que Portugal não só privilegia uma relação transatlântica, como, de facto, temos cartas a dar, porque somos um país que incentiva os outros Estados-

Membros da União Europeia a olhar para o outro lado do Atlântico. É uma posição que tem sido uma constante e que vai continuar a ser.

Sobre a pergunta que me faz, não me posso pronunciar e não me irei pronunciar sobre questões internas da Dinamarca.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não?! Então?!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Posso apenas dizer que respeitamos a soberania do Reino da Dinamarca. É isso que eu posso continuar a dizer.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a Ucrânia? A Gronelândia agora é uma questão interna da Dinamarca?!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Depois, o Sr. Deputado falou-me sobre os vínculos atlânticos, em particular com a administração americana. Gostava de reforçar que a posição de Portugal, por motivos que já expliquei, é a de construir uma relação positiva com a nova administração. Foi o que aconteceu com todas as administrações.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

Aliás, foi o que aconteceu com todos os Governos portugueses e todas as administrações americanas. Fazemos isso por vários motivos: pelas pessoas que lá vivem, como já expliquei à Sr.^a Deputada do Bloco de Esquerda, pelos portugueses e pelas comunidades lusodescendentes, e pela nossa relação económica e política, que é uma relação importante.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A relação transatlântica é uma relação tipo violência doméstica!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Portugal continuará, e este Governo não será diferente, a defender isso.

Ainda tenho uns minutos para responder à questão das redes sociais. Portugal contribui em geral para as políticas da União Europeia em vários âmbitos. Existem alguns processos que têm a ver não tanto com intervenções específicas de pessoas... Estou a esgotar o meu tempo, mas depois, se quiser, podemos... Ah, não há segunda ronda aqui...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Nem há mais tempo, Sr.^a Secretária de Estado. Não eram minutos, eram segundos que ainda tinha, portanto, está concluída a sua intervenção.

Tem agora a palavra, para fazer perguntas ao Governo, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Presidência polaca tem, desde logo, uma característica que não é habitual, e esperemos que não o venha a ser na União Europeia. É que temos a presidir à União Europeia um país que tem, neste momento, uma guerra na sua fronteira terrestre. Isso traz uma realidade que é indiscutivelmente diferente de todas as outras que pudemos analisar até ao momento.

O facto de a Polónia escolher a segurança como mote da sua Presidência, obviamente, não é indiferente a esta realidade e não é, desde logo, indiferente à realidade histórica da Polónia, que teve, em diversos momentos, invasões por outras forças e por outros países. A Polónia tem com a segurança interna, mas também com a segurança no contexto internacional, uma preocupação grande.

As duas primeiras prioridades do programa da Presidência polaca são exatamente a defesa e a segurança, e a proteção das pessoas e das fronteiras, e queria colocar uma questão sobre cada uma delas.

Relativamente à questão da segurança e à importância do Pacto Europeu de Migração e Asilo, o prazo para a submissão...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — «Submissão» é um termo adequado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... pelos Estados-Membros do seu Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações era o final do ano. Queria perguntar o que é que este Governo recebeu do Governo anterior relativamente à concretização do pacto no contexto nacional. Pergunto também — apesar de termos amanhã também o debate! — se o atual Governo o submeteu em tempo útil e em que termos o fez.

Por outro lado, porque isso certamente será debatido de novo durante a Presidência polaca, queria fazer uma pergunta sobre a diretiva de retorno e sobre o facto de não podermos, na União Europeia, estar sucessivamente a discutir novas políticas de migrações quando não conseguimos ser efetivos em relação àquelas que temos em vigor.

O que acontece é que, neste momento, uma percentagem muito grande dos retornos determinados pelas entidades públicas judiciais dos Estados-Membros não é cumprida. Portanto, a União Europeia, neste momento, tem uma política de migrações que não cumpre, e é preciso garantir que a venha a cumprir no futuro.

Relativamente à defesa e à posição estratégica de Portugal, temos uma importância decisiva para a questão das infraestruturas estratégicas, designadamente dos cabos marítimos. Sabemos da tensão que existe no Báltico, neste momento, relativamente a esta matéria. O que queria perguntar é: do ponto de vista nacional — porque, em Portugal, convergem vários cabos submarinos de interesse para toda a União Europeia —, o que é que está a ser preparado para salvaguardar estas infraestruturas estratégicas?

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado, para responder. Tem 2 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sobre o que está a ser feito em relação ao plano nacional no âmbito do pacto de asilo e migrações, tendo um debate amanhã, será melhor questionar o Sr. Ministro responsável pela área, porque ele saberá os detalhes com muito mais segurança do que eu, certamente.

Sobre a política de migrações em geral, há bocado excedi um bocadinho o tempo e não consegui concluir esta ideia, portanto, aproveito a sua pergunta para o fazer.

Posso dizer que a política de migrações do Governo português é sobejamente conhecida: é aplicar o Pacto Europeu de Migração e Asilo, com equilíbrio, com muito humanismo e respeito pelas pessoas. A nossa política de migrações consiste em ter uma porta aberta, porque precisamos de pessoas, porque há pessoas que precisam muito de nós, mas é uma porta que não está escancarada a todos os casos, incluindo casos de abusos das políticas de migrações dos países da União Europeia.

Aproveitava agora para referir, em relação ao caso da Polónia, que os Estados-Membros têm sempre vivido situações diferentes. Portugal não viveu a mesma situação que a Polónia. Portanto, é natural que as preocupações da Presidência polaca sejam diferentes das preocupações de um país como Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Depois, o Sr. Deputado falou sobre a aplicação da política de migrações nos Estados-Membros da União Europeia. Precisamente, um dos objetivos do Pacto Europeu de Migração e Asilo é conseguir fazer com que a política seja de facto implementada, de uma forma mais segura.

Tenho toda a confiança de que o pacto, que tem problemas e defeitos, que não terá todas as coisas que desejávamos, foi o compromisso possível entre vários Estados-Membros para se conseguir fazer isto: ter uma política humanista que não permite que redes de tráfico de pessoas abusem do sistema, com prejuízo para todos, sobretudo para aqueles que, às vezes, tentam chegar à Europa em condições absolutamente desumanas, porque são traficados por redes que são indescritíveis.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Finalmente, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, para uma última pergunta à Sr.^a Secretária de Estado. Dispõe de 1 minuto e 30 segundos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, relativamente à Presidência polaca, ela dá-se num duplo contexto complexo, seja porque tem uma guerra nas suas fronteiras, seja porque estamos perante o início de mais um mandato de Donald Trump.

Nesse sentido, parece-nos que é importante reforçarmos a autonomia europeia, dentro de alguns pressupostos, não apenas o da segurança no contexto da guerra, apesar de relevante. Refiro-me a pressupostos como a segurança, numa perspetiva mais lata, a dimensão social, económica, a independência energética e ambiental e, como é evidente, a resolução dos conflitos de guerra, seja no apoio à Ucrânia, decorrente da invasão da Rússia, seja também no apoio, por exemplo, ao Estado da Palestina.

No que diz respeito a esta independência, Sr.^a Secretária de Estado, seria importante percebermos, tendo em conta esta prioridade da Polónia, como é que vão ficar temas tão importantes como a autonomia energética e a defesa ambiental, porque não podemos ter uma Europa coesa e de futuro se não apostarmos na economia verde e na transição que temos de fazer.

Por fim, não posso deixar também de colocar aqui uma questão. Sei que há pouco não quis responder à questão da lei dos solos que lhe foi colocada, tendo remetido a resposta para o anterior debate, mas o compromisso ambiental e a diminuição das emissões de carbono são também compromissos europeus.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Não é só europeu, é mundial!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Quanto a essa medida, pergunto o que é que Portugal vai dizer à Europa perante aquilo que, neste momento, é um retrocesso, é mais um recuo, por estarmos a permitir a construção em terrenos que eram agrícolas e que agora passarão a poder ser desafetados para uso urbano, também em áreas fundamentais das nossas cidades, que têm de contribuir para o combate às alterações climáticas.

Por isso, este não é um tema a remeter para o debate anterior, pois tem a maior pertinência para o compromisso europeu.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra, para responder. Dispõe de 1 minuto e 30 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, antes de mais, queria reforçar — eu disse isto no início, mas a Sr.^a Deputada também o referiu — a importância crucial para o ambiente de haver uma verdadeira união de energia.

Como sabem a Sr.^a Deputada e os Srs. Deputados, o Governo tem-se empenhado muito em reforçar a união energética, reforçando esta necessidade junto da Presidente da Comissão Europeia. Temos a capacidade, em particular pela transmissão elétrica entre a Península Ibérica e França, de conseguir reforçar essas interligações elétricas, que, neste momento, estão muito abaixo do objetivo da União Europeia — aliás, este objetivo já era do ano passado —, que era o de atingir 15 % da produção. Neste momento, está sensivelmente em torno de 3 %, havendo uma fragmentação do mercado de energia.

Sabendo, em particular, que Portugal tem uma produção energética muito verde, naturalmente beneficiaria todos os países da União Europeia haver um reforço da união de energia.

Não quero, de facto, falar sobre a lei dos solos, porque foi debatida antes, mas quero dizer que esta lei não choca em nada com as questões ambientais a nível europeu, com o pacto europeu ambiental.

O que lhe posso dizer é que a Sr.^a Deputada está preocupada — e bem! — com questões sociais e com os problemas de habitação. O Governo acredita que reforçar a oferta de habitação é uma medida fundamental para fazer face à procura e para resolver o problema sério que temos de habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está assim terminada a nossa ordem do dia de hoje. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para informar quem assistiu aos nossos trabalhos remotamente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, assistiram aos nossos trabalhos, por videoconferência, as seguintes Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ângela Almeida, Andreia Neto e Francisco Covelinhas Lopes, todos do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O nosso Plenário de amanhã começa às 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: no primeiro ponto, teremos um debate temático, proposto pelo Governo, sobre o Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo.

Do segundo ponto consta a apreciação da Proposta de Lei n.º 15/XVI/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código.

Boa noite e bom descanso.

Está terminada a sessão.

Eram 19 horas e 22 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.